

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
CONCLUSÃO.....	
.....79.....	2
REFERÊNCIAS.....	
.....83.....	2
1 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ROSENSTEIN-RODAN E O CONCEITO DE ECONOMIAS EXTERNAS	8
1.1 Introdução	8
1.2 Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental.....	10
1.2.1 O Problema da Desigualdade de Distribuição de Renda entre as Regiões do Mundo.....	10
1.2.2 Alternativas de Industrialização e Solução para o Problema	11
1.2.3 Industrialização Planejada e em Larga Escala	12
1.2.4 Complementação e Economias Externas.....	13
1.2.5 Investimento e Economias Externas.....	14
1.3 Dois Conceitos de Economias Externas.....	16
1.3.1 Economias Externas na Teoria do Equilíbrio Geral e nas Teorias do Desenvolvimento Econômico.....	16
1.3.2 O Investimento e a Inaplicabilidade da Teoria do Equilíbrio Geral	19
1.4 Conclusão.....	21
2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM OFERTA ILIMITADA DE MÃO-DE-OBRA DE ARTHUR LEWIS	24
2.1 Introdução	24
2.2 Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra.....	25
2.2.1 Tradição Clássica.....	25
2.2.2 A Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra.....	26
2.2.3 Modelo Teórico	28
2.2.4 Poupança, Lucro e Renda	30
2.2.5 Inflação e Governo.....	31
2.2.6 Fim do Processo de Desenvolvimento para uma Economia Fechada.....	33
2.2.7 Análise para uma Economia Aberta.....	35
2.3 Conclusão.....	39
3 A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALBERT HIRSCHMAN	40
3.1 Introdução	40
3.2 Estratégia do Desenvolvimento Econômico.....	42
3.2.1 Diagnóstico do Subdesenvolvimento	42
3.2.2 Economia do Crescimento.....	45
3.2.3 Desenvolvimento Equilibrado	49

3.2.4	Desenvolvimento Não-Equilibrado como Estratégia Correta	51
3.2.5	Seqüências Eficientes <i>versus</i> Critérios de Investimento.....	52
3.2.6	Encadeamentos para Trás e para Frente	55
3.3	Conclusão.....	57
4	RAÚL PREBISCH E O PENSAMENTO ORIGINAL LATINO-AMERICANO	60
4.1	Introdução	60
4.2	O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas.....	61
4.2.1	Apresentação	61
4.2.2	Deterioração dos Termos de Troca	65
4.2.3	Desequilíbrio Internacional	67
4.2.4	A Escassez de Dólares.....	68
4.2.5	Formação de Capital e Inflação	70
4.2.6	Limites da Industrialização da América Latina.....	72
4.2.7	Esboço de Algumas Idéias acerca de Políticas Anticíclicas na América Latina	74
4.3	Conclusão.....	77
	CONCLUSÃO.....	79
	REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

O subdesenvolvimento é, ainda nos dias de hoje, uma das características mais explícitas e alarmantes das economias de grande parte dos países capitalistas, dentre eles o Brasil. Essa situação serve como motivação para o estudo de teorias econômicas que se preocupam com o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos (hoje em dia conhecidos como países “em desenvolvimento”). Parece claro que existem países que já atingiram um certo nível de desenvolvimento econômico que os diferencia, como grupo, de outros tantos países que, por sua vez, não apresentam o mesmo nível de desenvolvimento. Tendo essa concepção de economia mundial como pano de fundo, este trabalho se remete à análise das teorias do desenvolvimento econômico – área da economia que ficou conhecida pelo estudo do desenvolvimento das economias das regiões mais pobres do mundo, Ásia, América Latina e África, entre as décadas de 1940 e 1970.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o equilíbrio de forças entre os países do mundo sofreu profundas mudanças. Antigas colônias deram início a seus movimentos de independência ao mesmo tempo em que suas metrópoles européias se encontravam enfraquecidas pela guerra. Do outro lado, a ascensão da U.R.S.S e a difusão do comunismo fizeram crescer a importância geopolítica dos países subdesenvolvidos como possíveis áreas de influência, no contexto da Guerra Fria. Os próprios países subdesenvolvidos souberam se aproveitar dessa disputa entre as duas superpotências – E.U.A e U.R.S.S – através de atração de investimentos e de ajuda econômica para seu desenvolvimento. No ocidente, a indignação com as regras do sistema colonial e com a desigualdade de renda entre os países tomou conta da opinião pública.

Foi nesse ambiente de reestruturação política e de indignação social no pós-guerra que o mundo ocidental voltou sua atenção para a questão do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e a colocou na ordem do dia. Em um primeiro momento, a tarefa de pensar o desenvolvimento desses países ficou a cargo da ONU e de outros órgãos internacionais, mas poucos anos depois – a partir de 1949 - ela se alastrou pela academia econômica e passou a fazer parte da agenda de pesquisa de muitos economistas, tanto dos países desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos, abrindo espaço para a construção e consolidação do pensamento acerca do desenvolvimento econômico.¹

¹ Para maiores informações sobre o contexto no qual se desenvolveram as teorias do desenvolvimento econômico, veja o capítulo 3 de Arndt (1987).

O objetivo deste trabalho que aqui se apresenta é, portanto, retomar, expor e analisar, da maneira mais clara possível, as principais idéias presentes nas teorias do desenvolvimento econômico, de modo a entender a construção de seu objeto teórico. Um estudo desse tipo se faz oportuno na medida em que traz à tona a questão da relevância dessas idéias para a análise da economia dos países subdesenvolvidos (em desenvolvimento), na atualidade.

Quem chama a atenção para a importância das idéias presentes nas teorias do desenvolvimento econômico e para sua relevância nos dias de hoje é Paul Krugman em seu artigo “*Towards a Counter-Counterrevolution in Development Theory*”, publicado na ocasião do encontro anual do Banco Mundial sobre desenvolvimento econômico, em 1992. Na apresentação do artigo o autor diz:

*“I will argue that during the 1950s a central core of ideas emerged regarding external economies, strategic complementarity, and economic development **that remains intellectually valid and may continue to have practical applications**. This set of ideas, which I will refer to as ‘high development theory’, anticipated in a number of ways the cutting edge of modern trade and growth theory”* (KRUGMAN, 1992, p. 16; grifos meus).

Se, de um lado, Krugman (1992) acredita que as idéias presentes nas teorias do desenvolvimento econômico têm relevância intelectual e prática na atualidade, do outro lado, não parece ter sido esse o consenso entre os economistas e os agentes de política econômica do FMI e do Banco Mundial no final da década de 1980 e no começo da década de 1990. Suas idéias sobre políticas macroeconômicas adequadas para o ajuste das economias latino-americanas assoladas pela crise da dívida externa, que ficaram conhecidas pela famosa alcunha de “Consenso de Washington”, passaram a dominar a agenda de política econômica dos governos locais e de pesquisa dos economistas preocupados com o desenvolvimento da América Latina, a partir da década de 1990. Essas idéias, no entanto, não derivaram, de forma alguma, das idéias presentes nas teorias do desenvolvimento econômico; e quem diz isso é o próprio John Williamson, criador da expressão “Consenso de Washington” e mentor intelectual do mesmo:

*“A striking fact about the list of policies on which Washington does have a collective view is that they all stem from classical mainstream economic theory, at least if one is allowed to count Keynes as a classic by now. **None of the ideas spawned by the***

development literature – such as the *big push*, balanced or unbalanced growth, surplus labor, or even the two-gap model – **plays any essential role in motivating the Washington consensus** (although I would fortify my preference for varying the pace of import liberalization depending on the availability of foreign exchange by appeal to the two-gap model). This raises the question as to whether Washington is correct in its implicit dismissal of the development literature as a diversion from the harsh realities of the dismal science. Or is the Washington consensus, or my interpretation of it, missing something?” (WILLIAMSON, 1990, p. 19 e 20; grifos meus).

Dessa forma, então, expostas duas visões diferentes sobre a relevância das teorias do desenvolvimento econômico para os estudos sobre os países subdesenvolvidos (em desenvolvimento) nos dias de hoje, faz-se pertinente uma investigação minuciosa das principais obras que tratam dessas teorias para que se tenha uma opinião balizada sobre a questão. É exatamente a esse papel que se presta este trabalho, através da exposição e da análise das idéias presentes nas teorias do desenvolvimento econômico, de modo a entender a construção de seu objeto teórico.

Com a finalidade de abranger o maior número de idéias com a maior profundidade possível, dentro dos limites que este tipo de trabalho impõe, foram escolhidas para análise as obras de quatro autores representativos das teorias do desenvolvimento econômico. São eles: Paul Rosenstein-Rodan, Arthur Lewis, Raúl Prebisch e Albert Hirschman. Suas idéias serão agrupadas, expostas e interpretadas em diferentes capítulos a partir da análise de suas principais obras e da literatura econômica relevante relacionada a elas. Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho trata das idéias de *big push*, desenvolvimento equilibrado, economias de escala e economias externas, presentes na obra pioneira do desenvolvimento econômico de Rosenstein-Rodan – e aprofundadas pela análise da obra de Tibor Scitovsky. O segundo capítulo analisará o modelo de desenvolvimento econômico de Arthur Lewis, dando ênfase para a questão da oferta ilimitada de mão-de-obra. O terceiro capítulo trata do conceito de “encadeamentos para frente e para trás”, presente na obra de Hirschman, e mostra como ele se relaciona com a idéia de desenvolvimento não-equilibrado e mecanismos de pressão. O quarto capítulo expõe o pensamento original latino-americano presente na obra de Raúl Prebisch, mais especificamente através da análise de seu texto seminal do pensamento cepalino acerca da industrialização da América Latina e de seus principais problemas. Uma conclusão encerra o trabalho.

1 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM ROSENSTEIN-RODAN E O CONCEITO DE ECONOMIAS EXTERNAS

1.1 Introdução

Paul N. Rosenstein-Rodan deu início à sua carreira profissional no campo da Economia através de estudos sobre a teoria austríaca da demanda do consumidor; o que não chega a ser surpresa para quem estudou Economia em Viena, na década de 1920. No entanto, não é nessa área que se encontra sua contribuição mais conhecida – e reconhecida – para a literatura econômica. Rosenstein-Rodan é considerado um dos pioneiros das teorias do desenvolvimento econômico, sendo, inclusive, o autor do artigo seminal desse ramo da Economia. A transição de seus estudos da teoria econômica pura para a teoria do desenvolvimento econômico pode ser compreendida ao se conhecer as questões sobre as quais o autor se debruçou em sua carreira profissional. Em seus estudos sobre teoria econômica pura aparecem investigações acerca de conceitos como a complementaridade no consumo e na produção, economias de escala e o papel do tempo nos ajustes econômicos. Foi exatamente a partir da investigação desse último conceito que Rosenstein-Rodan passou a se interessar por problemas relacionados ao desenvolvimento econômico.

Em 1934 foi publicado seu artigo “*The Role of Time in Economic Theory*”, que trata sobre o tema. Nele, o autor aborda três questões referentes ao papel do tempo na Economia. A primeira diz respeito ao período econômico, ou seja, à duração de tempo na qual está inserida uma atividade econômica. A segunda se refere ao tempo como um bem econômico; na medida em que um determinado período de tempo seria escasso para a execução de diferentes atividades. A terceira diz respeito à velocidade de ajustamento dos mercados, quando da ocorrência de processos de mudança no *status quo* da economia. Essa última questão é a relevante em um processo de desenvolvimento econômico e por isso a abordagem feita pelo autor demanda uma análise mais detalhada, neste trabalho.

De acordo com Rosenstein-Rodan, em seu artigo de 1934, o estudo das posições finais de equilíbrio de longo prazo deveria servir apenas como guia para uma investigação mais profunda sobre as posições intermediárias, ou seja, sobre a trajetória para o equilíbrio. Entretanto, não seria essa a prática mais comum entre os economistas, que tenderiam a enfatizar o ponto final de equilíbrio. Sua preocupação passa a ser, então, ressaltar a

importância da trajetória para o equilíbrio e, conseqüentemente, o papel do tempo nos ajustes econômicos. O que o autor pretende mostrar, grosso modo, é que uma mudança nos dados poderia levar não só a uma mudança de um equilíbrio final para outro como também da trajetória em direção a esse novo equilíbrio. Considerar a velocidade de ajustamento da economia como não instantânea abriria espaço para questionamentos acerca da própria existência de um equilíbrio, da quantidade de equilíbrios possíveis e da estabilidade de um equilíbrio; mas, por outro lado, não deixaria dúvidas quanto à importância do estudo da trajetória para se chegar a esse equilíbrio.

Para exemplificar a função e a importância do tempo na análise dos ajustes econômicos em direção ao equilíbrio, Rosenstein-Rodan se vale de um exemplo muito ilustrativo. Ele faz uma analogia entre uma perseguição de um animal predador à sua presa e a trajetória de uma economia em direção ao equilíbrio, sendo que o ponto de equilíbrio da economia a ser atingido seria representado pela presa. Da mesma forma que o predador tem que recalcular sua melhor trajetória a cada movimento da presa, durante a perseguição, a análise da trajetória de uma economia em direção ao equilíbrio precisaria ser refeita a cada mudança nos dados – ou seja, a cada momento do tempo.

Foi justamente com esse tipo de preocupação teórica em mente e com o instrumental analítico referente a ela em mãos que Rosenstein-Rodan participou – como líder - de um grupo de estudos, na Inglaterra, entre 1942 e 1945, que tinha como propósito estudar os problemas dos países subdesenvolvidos. A preocupação do grupo era a de, uma vez superado o período de guerra, encontrar soluções para esses países, a fim de se construir um novo mundo - melhor do que o do período anterior à guerra. Nesse contexto, foi publicado, em 1943, seu artigo “Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental”, que acabou servindo de documento-base para o grupo de estudos – e é o documento seminal das teorias do desenvolvimento econômico, como já foi dito. O artigo apresenta a idéia da formação de capital e da industrialização como sinônimos do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e propõe o planejamento e a intervenção governamental para dirigir esse processo – idéias que acabaram sendo comuns a teóricos do desenvolvimento de sua época, como Lewis, por exemplo.² Suas idéias acerca do desenvolvimento econômico desses países não foram, portanto, derivadas da teoria do equilíbrio estático tradicional, e sim da análise dos desequilíbrios provenientes do processo de crescimento econômico. No artigo, já está presente a idéia do *big push* (empurrão), ou seja, da transformação súbita e em massa da

² Para uma análise mais aprofundada sobre as características comuns às teorias do desenvolvimento econômico, veja o capítulo 3 de Arndt (1987).

economia dos países subdesenvolvidos, bem como de conceitos econômicos relacionados com esse processo de transformação. Nas palavras do autor:

“Consumption complementarities, the role of time, the pursuit curve, plus external economies – all these dynamic factors were not to be considered as a second order of smalls, but even more as pervasive in a less developed country” (ROSENSTEIN-RODAN, 1984, p. 210).

1.2 Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental

1.2.1 O Problema da Desigualdade de Distribuição de Renda entre as Regiões do Mundo

Logo nas primeiras linhas do artigo de 1943, Rosenstein-Rodan explicita o problema a ser tratado, qual seja, o da desigualdade na distribuição de renda entre as regiões do mundo. A questão específica da industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental, definidas como regiões deprimidas, é posta pelo autor como de interesse mundial. Argumenta-se que a industrialização seria um meio de se alcançar uma distribuição de renda mais equitativa entre as regiões ricas e as deprimidas (seu objetivo último) através de uma taxa de crescimento maior das últimas em relação às primeiras. Na análise do problema, Rosenstein-Rodan adota como hipótese a existência de “excesso de população agrária” nas regiões deprimidas; 25% da população estaria total ou parcialmente (desemprego disfarçado) desocupada, segundo o autor. A situação de excesso de população agrária é identificada como um empecilho ao bom funcionamento dos princípios da divisão internacional do trabalho. São propostas duas soluções para eliminar o excesso de mão-de-obra nas regiões deprimidas: encaminhamento dessa mão-de-obra excedente ao capital (emigração) ou o encaminhamento do capital à mão-de-obra (industrialização). A diferença se daria apenas em relação aos custos de transporte e é encarada, pelo autor, como insignificante. Contudo, uma emigração em larga escala seria problemática e a questão do excesso de população agrária teria mesmo de ser resolvida pela industrialização.

Voltando sua atenção especificamente à industrialização, o autor argumenta que seria necessária uma unidade econômica compreendendo toda a região da Europa Oriental e Sul-

Oriental (região deprimida) a fim de que as indústrias alcançassem seu tamanho ótimo e o risco marginal de seus investimentos fosse diminuído. Para tal, são apresentadas duas maneiras diferentes de industrialização dessa área.

1.2.2 Alternativas de Industrialização e Solução para o Problema

O primeiro modelo de industrialização apresentado por Rosenstein-Rodan é o chamado "modelo russo", no qual a Europa Oriental e Sul Oriental se industrializaria por conta própria, sem investimento internacional, através da construção de todos os tipos de indústrias, integradas verticalmente. A esse modelo são apresentadas algumas objeções. A primeira é a de que a economia da região teria um crescimento lento, uma vez que o suprimento do capital teria de ser feito por fontes internas, às custas do padrão de vida e do consumo da população, implicando um esforço desnecessário à economia e à sociedade. A segunda objeção à adoção do "modelo russo" é a de que ele causaria a redução da divisão internacional do trabalho, através da criação de uma economia independente da economia mundial, o que tornaria o mundo mais pobre como um todo. Por fim, a última objeção a esse modelo se refere ao grande desperdício de recursos, que seria causado pela ociosidade de novas indústrias pesadas no âmbito da economia mundial.

O segundo modelo de industrialização, apresentado por Rosenstein-Rodan em seu texto, é o de inserção da Europa Oriental e Sul Oriental na economia mundial através de investimentos internacionais ou empréstimos de capitais; o que conservaria as vantagens da divisão internacional do trabalho e aumentaria a riqueza mundial. O autor vê vantagens neste modelo, em contraposição ao "modelo russo". A primeira vantagem seria um menor sacrifício do consumo na região e uma menor tensão social - causada por um progresso mais rápido - com o emprego lucrativo de mais trabalhadores provenientes da população agrária excedente. A segunda vantagem da inserção da economia da região na economia mundial seria a boa aplicação dos princípios da divisão internacional do trabalho, através da especialização das regiões deprimidas em indústrias leves, intensivas em mão-de-obra. Finalmente, a última vantagem apontada pelo autor seria a de um melhor aproveitamento das indústrias pesadas já existentes nos países ricos. Logicamente, Rosenstein-Rodan propõe que seja adotado o segundo modelo. "É claro que esta forma de industrialização é preferível à autárquica. É um

grande empreendimento, quase sem precedentes históricos.” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943/1969, p. 253).

1.2.3 Industrialização Planejada e em Larga Escala

Antes de apresentar detalhadamente sua estratégia de industrialização para a Europa Oriental e Sul-Oriental, Rosenstein-Rodan faz uma comparação entre o ambiente institucional outrora vigente no processo de industrialização do início do século XIX e o ambiente institucional no qual se desenvolveria o processo de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental, proposto por ele. O autor defende que nenhuma analogia poderia ser feita entre os dois processos de industrialização devido, justamente, aos diferentes arranjos institucionais presentes em cada momento; defende, ainda, uma mudança no ambiente institucional em vigor.

Dentre esses diferentes arranjos institucionais estaria uma maior demora para com a liquidação dos investimentos internacionais nos dias correntes e uma inadequação das instituições de investimento internacional para o financiamento da industrialização, visto que elas não imputariam os lucros provenientes das economias externas em seus cálculos. Esse ponto é fundamental para Rosenstein-Rodan; ele está pensando em planejamento de indústrias complementares, uma situação com a qual as instituições de investimento não tinham experiência e, portanto, não conseguiriam enxergar os possíveis lucros ao analisarem o investimento em cada indústria individualmente. Outras diferenças institucionais apontadas pelo autor são: o emprego de conhecimento técnico dado - ao contrário do progresso técnico propulsor da industrialização no século XIX -, o aumento dos custos fixos das indústrias e do reinvestimento de capital e o aumento dos riscos políticos de investimento internacional.

Todas essas dificuldades institucionais suscitariam a participação do Estado no projeto de industrialização. Não só a participação do Estado, mas também o tratamento e planejamento do conjunto industrial a ser criado como um truste. Rosenstein-Rodan entende que a sociedade estaria, na época, menos resistente a assimilar o que ele chamou de "dado novo" (a participação do Estado na economia). De acordo com o autor:

A supervisão e a garantia do Estado podem, portanto, reduzir substancialmente os riscos e, por esse motivo, representam *conditio sine qua non* para o investimento internacional em escala bastante ampla. A participação ativa do Estado na vida econômica é fator que

precisa ser levado em consideração, como um dado novo. (ROSENSTEIN-RODAN, 1969, p. 254).

1.2.4 Complementação e Economias Externas

O primeiro passo, segundo o autor, para a industrialização seria o de "habilitar" a mão-de-obra, ou seja, transformar camponeses em operários industriais. O responsável pelo treinamento da mão-de-obra deveria ser um conjunto de indústrias a ser criado, o Truste Industrial da Europa Oriental (T.I.E.O.); isso porque não seria lucrativo para um empresário fazê-lo individualmente. Nesse ponto o autor lança mão do argumento da divergência pigouviana entre o "produto marginal líquido social e privado", em que o primeiro é superior ao último:

[...] não é lucrativo para um empresário privado fazer inversões no treinamento da mão-de-obra. Não há hipotecas sobre operários e o empresário que investir no treinamento de pessoal pode perder seu capital se os operários contratarem emprego com outra empresa. Embora este treinamento não seja boa aplicação de capital para a empresa privada, é o melhor tipo de investimento para o Estado. É também bom investimento para o conjunto de indústrias a ser criado, quando consideradas como um todo, ainda que possa representar custos irrecuperáveis para uma unidade menor. (ROSENSTEIN-RODAN, 1969, pp. 254 e 255).

No entanto, o autor argumenta que o motivo mais importante para a criação do Truste, como unidade de investimento planejado em larga escala, seria a complementação das diferentes indústrias; essa complementação reduziria o risco de insuficiência da demanda e, conseqüentemente, reduziria os custos associados a esse risco. O exemplo que é apresentado no texto é o clássico caso da fábrica de sapatos, que sozinha não consegue demanda suficiente para sua produção. Entretanto, ao serem criadas em seu entorno fábricas de meias, camisas e calças, ela consegue a demanda suficiente dos trabalhadores dessas outras fábricas. Este seria um caso típico de economia externa horizontal. Rosenstein-Rodan argumenta que, nas regiões de baixo padrão de vida, seria relativamente fácil prever o perfil da demanda de trabalhadores outrora desempregados e, dessa forma, se apropriar das economias externas das indústrias complementares.

Outro tipo de economia externa que poderia ser criada com o advento da industrialização planejada em larga escala - além da horizontal (complementar, de demanda) -, seria a economia externa vertical. Ela poderia aparecer tanto entre firmas do mesmo ramo industrial como entre firmas de diferentes ramos. No caso da fábrica de sapatos, poderíamos pensar nas indústrias de borracha e couro, entre outras, se integrando verticalmente a ela e propiciando o aparecimento das economias externas. Mais uma vez, Rosenstein-Rodan chama a atenção para a especificidade das economias internacionais deprimidas, nas quais, devido ao seu caráter subdesenvolvido, a instalação de indústrias integradas verticalmente poderia proporcionar o aparecimento das economias externas, o que não seria razoável supor para uma economia desenvolvida.

1.2.5 Investimento e Economias Externas

O autor volta a defender a criação de um grande truste para o financiamento da industrialização em larga escala ao focar sua atenção na questão do investimento. Ele argumenta, novamente, que quando se trata de transformar toda a estrutura econômica de uma região a experiência passada do empresário individual seja irrelevante na avaliação do investimento. O risco calculado pelo empresário individual seria sempre maior do que o calculado pelo Conselho de Planejamento de um T.I.E.O., que conseguiria se apropriar do lucro das economias externas, pagar os dividendos devidos e, conseqüentemente, captar mais empréstimos dos países credores e das instituições financeiras. O ponto central desse argumento é a escala do empreendimento. Pequenas empresas não conseguiriam internalizar as economias externas de seu investimento, logo deixariam de obter os lucros provenientes dessa internalização e, assim, não teriam sucesso em captar os empréstimos necessários para realizá-lo.

Rosenstein-Rodan se vale mais uma vez da hipótese de excesso de mão-de-obra ao fazer a análise da construção de um ramal subterrâneo de trem em um distrito, como exemplo de investimento com economias externas. Ele defende a tese de que a valorização do terreno ao redor do ramal mais do que compensaria as baixas receitas do tráfego de passageiros e, dado que a empresa construtora do ramal conseguisse se apropriar dos lucros dessa valorização, o investimento poderia ser viável. Mais do que isso, o autor argumenta que os ganhos com as economias externas poderiam entrar no cálculo dos ganhos da economia como

um todo no processo de industrialização, uma vez que um suposto influxo populacional na direção das regiões industriais (e conseqüente valorização dos terrenos adjacentes) não teria uma contrapartida negativa na desvalorização das regiões de onde provém essa população, graças, exatamente, ao excesso de população na região agrária.

Ainda sobre a questão dos investimentos e das economias externas, o autor diz que o problema das regiões deprimidas não seria a falta de indústrias básicas e infra-estrutura (estradas, usinas e etc.), pois essas regiões já apresentariam tal infra-estrutura. Sendo assim, uma industrialização focada na instalação dessas indústrias básicas, a fim de proporcionar o surgimento de novas oportunidades de investimento, não seria a melhor opção para a região. Além do mais, o problema se tornaria ilegítimo se pensássemos que todas as indústrias seriam básicas num contexto de apropriação de economias externas de um investimento planejado em larga escala, argumenta o autor. Quem pensasse que, por outro lado, apenas o investimento em indústrias básicas levaria naturalmente à industrialização das regiões deprimidas estaria ignorando o fato de que os empréstimos estrangeiros para a instalação de tais indústrias eram escassos no contexto do pós-guerra, e que esse financiamento só seria justificável para um grande truste do qual os governos credores tivessem controle e pudessem, assim, confiar nos serviços dos juros e dividendos. Além disso, seria necessário que esses empréstimos fossem liquidáveis e isso só seria possível, em termos do balanço de pagamentos e do movimento de capital, através de exportações de produtos de indústrias leves. Esse cenário de equilíbrio é argumentado como unicamente possível com a industrialização planejada em larga escala, controlada por um truste, ou seja, vários tipos de indústrias sendo criados simultaneamente, dentre elas indústrias de base e indústrias leves.

Mas tudo isso não seria suficiente, salienta Rosenstein-Rodan. Seria necessário que a população dos países ricos, por sua vez, aceitasse uma redução na sua jornada de trabalho para que houvesse espaço para a introdução de produtos provenientes da Europa Oriental e Sul-Oriental. A hipótese usada pelo autor é a de que a elasticidade-renda da demanda de importações seria baixa nos países ricos e o único bem que ainda possuiria elasticidade-renda alta, nesses países, seria o ócio.

Para finalizar o texto, Rosenstein-Rodan retoma a questão inicial, que o motivou na investigação das áreas economicamente deprimidas da Europa. Depois de alguns cálculos acerca de criação de emprego e crescimento populacional, na Europa Oriental e Sul-Oriental, conclui que, mesmo que o programa de industrialização planejada em grande escala fosse, de fato, executado, apenas 70 a 80% da população poderia ter oportunidades de emprego no

decênio seguinte. O restante do excesso de mão-de-obra disponível teria de ser levado ao capital, ou seja, teria de ter seu problema resolvido pela emigração.

Depois de dizer que a atenção do estudo em questão se voltou mais àquilo que se deveria fazer e não como fazer, o autor reforça o objetivo do seu texto, explicitando-o mais uma vez. Ele diz que: "O objetivo da industrialização das áreas internacionais deprimidas é produzir equilíbrio estrutural na economia mundial, através da criação de emprego produtivo para a população agrária excedente." (ROSENSTEIN-RODAN, 1969, p. 260).

1.3 Dois Conceitos de Economias Externas

Tendo como eixo de argumentação o conceito de economias externas, o texto de Rosenstein-Rodan abre espaço para uma investigação acerca do significado preciso do conceito e das conseqüências de sua utilização na análise do processo de industrialização dos países subdesenvolvidos. Dado que a idéia embutida no conceito de economias externas difere essencialmente daquele conhecido na teoria econômica tradicional por externalidades, torna-se interessante um estudo comparativo sobre os dois conceitos.

1.3.1 Economias Externas na Teoria do Equilíbrio Geral e nas Teorias do Desenvolvimento Econômico

Um estudo mais aprofundado sobre o conceito de economias externas foi feito por Tibor Scitovsky em seu artigo de 1954, intitulado "Dois Conceitos de Economias Externas". Nele, Scitovsky identifica uma certa confusão e imprecisão na definição exata do termo "economias externas" e na sua aplicação na análise dos problemas econômicos. De acordo com o autor, existiriam duas definições de economias externas. Uma seria empregada na teoria do equilíbrio geral e a outra na teoria da industrialização - e esta pode ser identificada com as teorias do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

A teoria do equilíbrio geral, segundo Scitovsky:

[...] é uma teoria estática que trata das características do sistema econômico quando em equilíbrio. A maioria de suas conclusões são baseadas nas hipóteses de: 1. concorrência

perfeita de ambos os lados de todos os mercados; 2. divisibilidade perfeita de todos os recursos e produtos" (SCITOVSKY, 1954/1969, p. 302).

O corolário da teoria do equilíbrio geral é o de que a economia de mercado leva a um ótimo de Pareto sempre que os comportamentos individuais dos agentes são traduzidos e transmitidos pelo sistema de preços. Logo, algum tipo de interdependência direta entre os agentes - uma vez que não passasse pelo sistema de preços da economia - poderia ser responsável por deslocar a economia do ótimo de Pareto, acarretando uma possível diferença entre o lucro privado e o social.

De acordo com Scitovsky, existiriam quatro tipos de interdependência direta, mas somente a um deles poderia ser atribuído o termo "economias externas"; seria o caso da interdependência direta entre produtores. As economias externas existiriam na teoria do equilíbrio geral - e a esta definição Scitovsky dá os créditos a Meade (1952)³ -:

[...] sempre que a produção (x_1) de uma empresa depende não só dos fatores de produção ($l_1 c_1 \dots$) utilizados pela empresa, mas também do produto (x_2) e da utilização de fatores ($l_2 c_2 \dots$) de uma outra empresa ou grupo de empresas em símbolos, $x_1 = (l_1 c_1, \dots; x_2, l_2, \dots)$, donde a existência de economias externas é indicada pela presença de variáveis que se encontram após o ponto e a vírgula" (SCITOVSKY, 1969, p. 304).

Mais preciso, ainda, do que o termo "economias externas", seria o uso do termo "economias externas tecnológicas"⁴ para se referir à interdependência direta entre produtores. Para exemplificar esse conceito - chamando à atenção para a raridade de sua ocorrência -, Scitovsky menciona a formação de um mercado de trabalho, criado pelo estabelecimento de algumas empresas, que beneficiariam a uma outra empresa (privilegiada), e o caso da utilização de um recurso livre, porém escasso, por um grupo de empresas - nesse caso o uso do recurso por algumas empresas afetaria negativamente a produção de uma outra.

O outro uso do termo "economias externas", segundo o autor, se daria na teoria da industrialização dos países subdesenvolvidos. Ao se deparar com o problema das opções de investimento, levar-se-ia em conta, geralmente, na teoria do equilíbrio geral, o retorno privado do suposto investimento. Esse não seria, entretanto, um bom guia de tomada de decisão de investimento no caso dos países subdesenvolvidos. Isso porque em um processo de

³ Scitovsky diz que a questão das economias externas na teoria do equilíbrio geral foi tratada rigorosamente no artigo de Meade (1952).

⁴ O crédito pela definição do termo é dado a Viner (1931).

industrialização - no qual estão contextualizadas as economias subdesenvolvidas - as economias externas estariam presentes e seriam relevantes, poderia haver diferenças consideráveis entre o lucro privado e o social. Nas palavras do autor: "Parece que as economias externas são invocadas sempre que os lucros de um produtor vêm-se afetados pelas ações de outros produtores." (SCITOVSKY, 1969, p. 306). Expressas em símbolos, de modo a facilitar uma comparação com a definição dada na teoria do equilíbrio geral, as economias externas tomariam a seguinte forma na função lucro de uma empresa: $P_I = G(x_I, l_I, c_I, \dots; x_2, l_2, c_2, \dots)$, sendo que sempre que houvesse variáveis à direita do ponto e vírgula, poder-se-ia reconhecer sua existência. Ou seja, a produção e uso de fatores de outras empresas - além de sua própria produção e uso de fatores - estaria influenciando os lucros da empresa em questão.

Percebe-se que essa definição de "economias externas" é mais abrangente do que a dada - e usada - na teoria do equilíbrio geral. Na verdade, ela inclui totalmente a definição de "economias externas" da teoria do equilíbrio geral, visto que se o uso de fatores por parte de uma empresa influencia na função de produção de outra empresa, é claro que ela vai influenciar também nos lucros dessa empresa. A grande diferença é que, na teoria da industrialização dos países subdesenvolvidos, os lucros de uma empresa podem ser afetados não só através da interdependência direta - como já foi explicado anteriormente - como através do mecanismo de mercado, também. Para diferenciar entre os dois tipos de economias externas apresentadas, o autor batiza as economias externas que passam pelo mecanismo de mercado como "economias externas pecuniárias" (características dos países que passam pelo processo de industrialização), em contraposição às "economias externas tecnológicas" (presentes tanto em economias desenvolvidas quanto subdesenvolvidas)⁵.

O que é interessante notar é a implicação que as economias externas pecuniárias têm na análise do problema do desenvolvimento econômico. Se deixado ao cálculo privado individual, muitos investimentos se tornariam inviáveis num processo de industrialização de uma área economicamente estagnada. Seria somente através de uma percepção maior dos

⁵ Uma abordagem atual sobre o tema pode ser encontrada na seguinte definição de externalidades, retirada de um manual de microeconomia que tem como paradigma o arcabouço teórico da teoria do equilíbrio geral: "*An externality is present whenever the well-being of a consumer or the production possibilities of a firm are directly affected by the actions of another agent in the economy...when we say "directly", we mean to exclude any effects that are mediated by prices. That is, an externality is present if, say, a fishery's productivity is affected by the emissions from a nearby oil refinery, but not simply because the fishery's profitability is affected by the price of oil (which, in turn, is to some degree affected by the oil's refinery output of oil). The latter type of effect [referred to as a pecuniary externality by Viner (1931)] is present in any competitive market but, as we saw in chapter 10, creates no inefficiency*" (MAS-COLLEL et al, 1995, p. 352).

investimentos, e das economias externas pecuniárias inerentes, que eles se tornariam viáveis, de fato. Isso implica que o simples jogo das forças de mercado levaria a uma situação de equilíbrio que não representaria o ótimo social. Esse resultado vai totalmente contra ao preconizado pela teoria do equilíbrio geral que, por sua vez, não faz uso do conceito de economias externas pecuniárias.

Parece, então, que "as limitações da teoria do equilíbrio geral a tornam inaplicável aos problemas relacionados com o investimento" (SCITOVSKY, 1969, p. 307). O autor apresenta três explicações para sustentar a citação acima, que mostram tal inaplicabilidade ao mesmo tempo em que explicitam suas causas.

1.3.2 O Investimento e a Inaplicabilidade da Teoria do Equilíbrio Geral

A primeira explicação dada por Scitovsky se refere à hipótese da perfeita divisibilidade dos recursos e produtos - adotada na teoria do equilíbrio geral. De acordo com o autor, essa hipótese nem sempre se verifica. Conseqüentemente, poderia haver problemas de maximização de lucro por parte dos produtores, uma vez que igualar preço a custo marginal não se tornaria uma tarefa trivial. A indivisibilidade de um investimento poderia fazer com que esse ponto de ótimo não pudesse ser alcançado e o investimento fosse abandonado; ou ainda que esse fosse, de fato, realizado, porém de uma forma que o ponto de ótimo para o produtor individual (maior lucro) não representasse o ótimo do ponto de vista social.⁶ Se pensássemos em estradas, portos e usinas como alguns dos investimentos indivisíveis mais comuns, e considerarmos estes como investimentos básicos em um processo de industrialização, chegaríamos à conclusão de que o modelo de equilíbrio geral não seria adequado para tratar do assunto.

A segunda explicação dada por Scitovsky se refere a uma característica intrínseca à teoria do equilíbrio geral: a sua análise da economia de uma forma estática, equilibrada. Segundo o autor, a escolha dos investimentos a serem feitos numa economia não é um problema estático. A maximização de lucros por parte de um produtor é socialmente desejável quando o sistema econômico está em equilíbrio. No entanto, um investimento não

⁶ Sobre a questão da indivisibilidade dos investimentos e, conseqüentemente, de sua desejabilidade social, Scitovsky cita quatro trabalhos. O primeiro é o de Dupuit (1844/1952), também é feita referência aos trabalhos de Hicks (1948a; 1948b) e, finalmente, ao trabalho que mais lhe agrada sobre o tema, qual seja, o de Lerner (1944).

necessariamente aproxima o sistema do equilíbrio. Se pensássemos o lucro como sinalizador para investimentos em determinado ramo industrial, concluiríamos que sucessivos investimentos nesse setor levariam à eliminação desse lucro e ao conseqüente equilíbrio. No entanto, não podemos nos esquecer das economias externas pecuniárias geradas por investimentos sucessivos em um determinado setor da economia - oferta de fatores mais baratos a alguma indústria, por exemplo. Nas palavras do autor: "Podemos, portanto, concluir, que quando um investimento dá origem a economias externas pecuniárias, sua rentabilidade privada está abaixo de sua desejabilidade social." (SCITOVSKY, 1969, p. 310).

Como corolário, temos que os lucros gerados numa economia de mercado não constituiriam um guia confiável para investimentos e para a expansão industrial, no que se refere ao ótimo social. Seria tão menos confiável quanto mais descentralizada fosse essa economia - na medida em que as economias externas pecuniárias seriam cada vez menos percebidas pelos investidores.⁷ Vale ressaltar, mais uma vez, que é na análise da industrialização dos países subdesenvolvidos, nos quais um investimento gera mais economias externas pecuniárias, que o arcabouço da teoria equilíbrio geral torna-se, portanto, inaplicável.

A terceira explicação dada por Scitovsky está ligada ao ponto de vista sob o qual se analisa os investimentos. Uma análise sob a ótica do equilíbrio geral considera as perdas e ganhos de todos os produtores, independente deles serem empresários nacionais ou internacionais. Ao se analisar a desejabilidade de um investimento para determinada nação ou região específica (determinado grupo de produtores), não podemos nos valer das conclusões do modelo de equilíbrio geral, portanto. Isso porque um investimento rentável, do ponto de vista internacional (para todos), não é necessariamente desejável, do ponto de vista nacional (para alguns). Um esforço de investimento em uma indústria de exportação, avaliada no âmbito internacional, tenderia a ser mais rentável do que se fosse avaliada no âmbito nacional, por exemplo. Por outro lado, o investimento em indústrias que compitam com as importações, sob o ponto de vista nacional, tenderia a ser mais rentável do que se fosse avaliada sob o ponto de vista internacional. É importante apenas ressaltar que, ao se fazer a análise de um

⁷ Sem apresentar nenhuma referência formal, Scitovsky diz que o Professor Kenneth Arrow chama a atenção para o papel dos mercados e dos preços futuros na indicação dos investimentos e das condições econômicas futuras.

investimento sob o ponto de vista nacional, está se ignorando economias externas pecuniárias presentes na economia internacional.⁸

1.4 Conclusão

Este capítulo teve como objetivo apresentar e analisar as principais idéias de Rosenstein-Rodan acerca do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Nessa análise, o conceito de economias externas teve papel de destaque, demandando, inclusive, uma seção especial para seu estudo. Nesse estudo, foi comparado o significado e a utilização do conceito de economias externas para as teorias do desenvolvimento econômico e para a teoria do equilíbrio geral. É necessário, no entanto, que se abra o foco da discussão sobre a definição do conceito de economias externas e que se analise o contexto no qual ela está inserida para que se tenha a total compreensão de seu significado. Essa necessidade fez com que este capítulo mostrasse um pouco da produção intelectual de Rosenstein-Rodan, chamando a atenção para seu interesse por questões relacionadas a processos de transformação em uma economia e sua trajetória para o equilíbrio. Fez, também, com que se situasse no tempo e no espaço seu artigo seminal das teorias do desenvolvimento econômico, mostrando o ambiente de preocupação com a inserção dos países subdesenvolvidos na economia mundial através da industrialização, presente na Europa no fim da Segunda Guerra Mundial – e neste ponto a obra de Rosenstein-Rodan, datada de 1943, é precoce.

Assim, é somente com esse cenário montado que podemos entender como aparece o conceito de economias externas pecuniárias - em contraposição às economias externas tecnológicas - na obra de Rosenstein-Rodan. O estudo e o planejamento de uma nova economia nas regiões deprimidas da Europa demandou o uso de conceitos que descrevessem a trajetória dessa economia subdesenvolvida em direção ao desenvolvimento – ou seja, o processo de industrialização e suas conseqüências. O instrumental da teoria do equilíbrio geral mostrou-se inadequado para essa análise pois ela não tratava desse tipo de fenômeno econômico. Logo, fez-se necessária a construção de novos conceitos – dentre eles o de economias externas pecuniárias -, que acabaram por constituir o corpo teórico das teorias do desenvolvimento econômico.

⁸ Sobre a questão da diferença no cálculo das externalidades em um investimento privado e no bem-estar nacional, Scitovsky cita os trabalhos de Singer (1950) e de Graaf (1949-1950).

Mas não foi só Rosenstein-Rodan quem contribuiu para a construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico. Outro grande autor que se debruçou sobre a questão do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, e se utilizou de novos conceitos para analisá-la, foi Arthur Lewis. O capítulo seguinte tem, justamente, a pretensão de apresentar as idéias de Lewis e, assim, analisar a sua contribuição.

2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COM OFERTA ILIMITADA DE MÃO-DE-OBRA DE ARTHUR LEWIS

2.1 Introdução

Sir W. Arthur Lewis faz parte do seleto grupo de economistas que tiveram a honra de receber o Prêmio Nobel de Economia. O prêmio, concedido em 1979, foi uma homenagem à sua extensa pesquisa acerca do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. O autor faz parte de uma geração de economistas que se dedicou ao estudo de economias subdesenvolvidas, após o final da Segunda Guerra Mundial, e que contribuiu para a construção e consolidação das teorias do desenvolvimento econômico, nessa época. Assim como Rosenstein-Rodan, Lewis tinha como estratégia e paradigma de desenvolvimento econômico o planejamento e a acumulação de capital, respectivamente. Em sua análise do processo de acumulação de capital dos países subdesenvolvidos, o autor introduziu um conceito fundamental e que daria um caráter peculiar e original ao seu modelo, qual seja, a oferta ilimitada de mão-de-obra. Isso quer dizer que Lewis tinha como hipótese que nas economias subdesenvolvidas o trabalho era redundante, não havia escassez de mão-de-obra – e esse ponto será aprofundado mais a diante.

A tentativa de explicar a origem dessa idéia sobre a mão-de-obra nos países subdesenvolvidos nos remete à biografia do autor. Arthur Lewis nasceu em Santa Lucia, antiga colônia britânica do Caribe, em 1915, onde viveu dezessete anos de sua vida. Em 1932, mudou-se para a Inglaterra, onde iniciou seus estudos em Economia na *London School of Economics*. Em 1948, tornou-se professor da Universidade de Manchester, e foi lá que passou a se dedicar sistematicamente à pesquisa sobre desenvolvimento econômico. Sua pesquisa esteve sempre relacionada aos países subdesenvolvidos, mais precisamente à industrialização dos países do Caribe, sua terra natal. Vários artigos seus sobre o assunto foram publicados entre 1944 e 1954, ano da publicação de seu artigo mais famoso, e que será analisado minuciosamente neste trabalho.

O artigo escrito por Arthur Lewis, e publicado em maio de 1954 com o nome de “O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra”, trata do tema do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos e tem como hipótese central a oferta ilimitada de mão-de-obra. Ao longo do texto, o autor apresenta argumentos a favor da

adoção de tal hipótese para o estudo das economias ditas subdesenvolvidas; analisa, também, suas conseqüências e desdobramentos através de um modelo teórico formal, que, por sua vez, parte de uma estrutura simples de uma economia fechada e segue incorporando outros aspectos relevantes, tais como a poupança, a inflação, o papel do governo e do comércio internacional.

2.2 Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra

2.2.1 Tradição Clássica

Arthur Lewis inicia o texto chamando a atenção para uma característica fundamental de seu trabalho, qual seja, a de ter sido escrito na tradição clássica. O que o autor quer enfatizar com essa informação inaugural é o seu objeto de estudo, que ele deixa explícito na seguinte passagem:

Os clássicos, de Smith a Marx, supuseram ou aceitaram que se verificava uma oferta ilimitada de mão-de-obra a salários de subsistência. A seguir, perguntavam de que modo aumenta a produção com o decorrer do tempo, e encontraram a resposta na acumulação de capital, explicada pela análise da distribuição de renda...O propósito deste artigo é, portanto, descobrir o que se pode aproveitar do marco clássico para resolver os problemas da distribuição, acumulação e crescimento, em primeiro lugar numa economia fechada e, depois, numa economia aberta. (LEWIS, 1954/1969, pp. 406 e 408).

É exatamente esse o percurso a ser percorrido por Lewis em seu artigo. Mais do que ressaltar seu viés clássico, o autor já começa a deixar clara sua rejeição ao modelo neoclássico - como ele próprio se referiu -, no estudo do desenvolvimento econômico das economias subdesenvolvidas, ao relegar um papel secundário à determinação dos preços relativos.

A justificativa de Lewis para sua guinada na direção clássica - em detrimento da neoclássica - é a de que o modelo neoclássico se aplicaria somente às economias em que o problema econômico fosse o da escassez e em que o crescimento fosse dado como garantido. Esse não era o caso da economia européia nos séculos XVIII e XIX, nem o caso das economias subdesenvolvidas quando da publicação do artigo, nas quais parecia predominar uma oferta ilimitada de mão-de-obra e a expansão econômica era incerta.

Outra rejeição que Lewis faz em seu texto é em relação ao pensamento keynesiano, expresso na “Teoria Geral”. Assim como a teoria neoclássica, a teoria keynesiana seria inapropriada para tratar da questão do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Isso porque Keynes, além da oferta ilimitada de trabalho, supunha também oferta ilimitada de terra e capital. Dessa forma, a mão-de-obra não era um fator de produção que estava “sobrando” na economia; ou seja, uma vez empregado todo o capital e toda a terra na produção, a oferta de mão-de-obra não excederia sua demanda. Nesse sentido, podemos pensar que a mão-de-obra continuava escassa; ela simplesmente não estaria sendo empregada, assim como os outros fatores de produção. Sendo assim, ao eliminar o desemprego (de todos os fatores de produção), o sistema neoclássico - de pleno emprego e de escassez de fatores de produção - seria restabelecido. É por isso que Lewis diz que o keynesianismo poderia ser tratado como uma longa e importante nota de rodapé para o neoclassicismo.

Antes de iniciar a exposição sistemática de suas idéias sobre a oferta ilimitada de mão-de-obra e de apresentar os argumentos a favor da adoção de tal hipótese para a análise das economias subdesenvolvidas, Lewis insiste em fazer transparecer seu pensamento acerca da ilegitimidade do uso da teoria neoclássica (e, desta vez, da keynesiana também) para tratar dessas economias: “Nossa finalidade não é superar a economia neoclássica mas, simplesmente, elaborar esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas).” (LEWIS, 1969, p. 408).

2.2.2 A Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra

Lewis inicia a seção intitulada *A Economia Fechada*, de seu artigo de 1954, dando sua primeira definição do conceito de oferta ilimitada de mão-de-obra. Nas suas palavras:

Pode-se dizer, primeiramente, que há oferta ilimitada de trabalho nos países onde a população é tão numerosa em relação ao capital e recursos naturais, que existem amplos setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula ou mesmo negativa. (LEWIS, 1969, p. 408).

O autor está se referindo aí ao que chamou de desemprego “disfarçado”, tanto de atividades rurais como urbanas. No caso do campo, esta situação seria bem exemplificada

pelos trabalhadores que ajudam seus familiares no cultivo da terra e, no entanto, seriam completamente dispensáveis, sem que se alterasse o nível de produção. Todavia, é no desemprego "disfarçado" nas cidades que Lewis expande seu rol de exemplos; entram em sua lista os carregadores do porto, os carregadores de mala, os biscateiros e os vendedores ambulantes. Em todos esses casos, a produção não seria afetada negativamente se o número de trabalhadores fosse reduzido à metade; por exemplo, no caso dos vendedores ambulantes, a redução poderia até levar a uma melhora no bem estar dos consumidores ao diminuir a margem absorvida pelos varejistas. O autor faz uma observação importante para explicar como essas pessoas conseguiriam empregos mesmo com uma produtividade próxima de zero; faria parte de um código de comportamento ético dos países subdesenvolvidos as pessoas oferecerem o máximo de seu trabalho, ao mesmo tempo em que seria motivo de prestígio social para o patrão contar com o maior número possível de empregados, mesmo que isso implicasse um ônus econômico.

Na continuação de sua investigação sobre as fontes da oferta ilimitada de mão-de-obra, Lewis faz um adendo à sua definição do conceito de oferta ilimitada de mão-de-obra. Ele ressalta que não seria necessário que o trabalho tivesse produtividade marginal nula ou ínfima para que se identificasse mais um caso de desemprego "disfarçado". Segundo o autor, bastaria que a oferta de trabalho excedesse a demanda, ao nível de salário vigente na economia. Esse nível de salário Lewis indica como correspondente ao nível de subsistência, embora não entre em maiores detalhes sobre o assunto neste primeiro momento. A oferta de mão-de-obra poderia ser considerada ilimitada pois os salários não representariam um limite à criação de novas empresas ou à ampliação das antigas. Para analisarmos esse caso - em que novos empregos poderiam ser oferecidos na indústria ao salário de subsistência -, seria interessante incluir outras duas classes de "desempregados" na sua lista.

A primeira classe que Lewis menciona é a das esposas e filhas, representando a mão-de-obra feminina. Com a transferência do trabalho doméstico para o interior das fábricas ou manufaturas, a produção elevar-se-ia consideravelmente, principalmente se levássemos em conta os benefícios da produção em grande escala e da utilização de máquinas e instrumentos. A segunda classe é a resultante do crescimento vegetativo; e Lewis argumenta neste ponto dizendo que se não há provas de que o desenvolvimento eleve a taxa de natalidade, não há dúvidas de que ele reduza a taxa de mortalidade consideravelmente. Uma terceira classe indicada pelo autor, e rechaçada pelo mesmo logo em seguida, seria a dos desempregados pela maior eficiência produtiva, algo do tipo "desemprego tecnológico". Lewis argumenta que essa hipótese foi falseada empiricamente.

Mais um adendo se faz necessário e importante na qualificação da oferta ilimitada de mão-de-obra. De acordo com o autor, essa classificação se aplicaria somente ao trabalho não-qualificado. Poderia, sim, existir escassez de mão-de-obra qualificada nas economias subdesenvolvidas, ainda que por um curto período de tempo. Mesmo assim, segundo Lewis, ela não chegaria a ser um ponto de estrangulamento da produção como o capital e os recursos naturais, uma vez que a mão-de-obra não-qualificada poderia ser treinada a qualquer momento - pelo governo ou pelos capitalistas -, durante o processo de desenvolvimento. Seria, portanto, apenas, um estrangulamento temporário.

2.2.3 Modelo Teórico

Já é o momento de entrarmos no modelo teórico, propriamente dito, apresentado por Lewis em seu artigo de 1954. O autor faz uso de um sistema dual de produção, no qual a economia dos países subdesenvolvidos poderia ser dividida em um setor "capitalista" e um setor de "subsistência". O setor "capitalista" poderia ser definido como "[...] a parte da economia que utiliza capital reproduzível e que retribui aos capitalistas pelo uso deste." (LEWIS, 1969, p. 413); e se identificaria com o setor industrial. Por exclusão, o setor de "subsistência" seria o setor que não utilizasse capital reproduzível, bem representado pela atividade camponesa de subsistência. O setor "capitalista" poderia ser visto como sendo composto por várias ilhas em um "mar de subsistência", esse aspecto, no entanto, não lhe tiraria o caráter de setor, graças à concorrência que tenderia a igualar os lucros do capital. O salário do trabalhador do setor "capitalista" seria determinado pelos rendimentos do setor de "subsistência" e corresponderia a aproximadamente 30% a mais do que o valor da produção média desse último setor. Essa diferença se deveria ao maior custo de vida inerente ao setor "capitalista", urbano e mais congestionado. No entanto, ela não seria só nominal, haveria também uma diferença no salário real entre os dois setores, que teria uma explicação psicológica da mudança de um ambiente tranquilo, no setor de "subsistência" para um estilo de vida disciplinado no setor "capitalista".

O modelo trata, então, da expansão do setor capitalista da economia. Nele, o capitalista contrataria trabalhadores até o ponto em que a produtividade marginal do trabalho se igualasse ao valor do salário do setor "capitalista" - que já foi definido anteriormente. A produtividade marginal do trabalho no setor "capitalista" seria decrescente e o salário do setor

"capitalista" seria constante - dada a hipótese da oferta ilimitada de mão-de-obra a um salário de subsistência -, garantindo um ponto de intersecção entre ambos. A partir desse ponto, os trabalhadores seriam relegados ao setor de "subsistência". Lewis ressalta ainda que, apesar de alguns padrões manterem empregados inúteis, nas economias subdesenvolvidas, essa seria a melhor hipótese que se poderia fazer acerca da expansão do setor capitalista da economia, uma vez que: "[...] o tipo de capitalista que produz a expansão econômica não é o mesmo que trata seus empregados como criados...a hipótese da maximização dos lucros é, provavelmente, uma aproximação válida da verdade." (Lewis, 1969, p. 413).

Passemos, agora, a estudar a dinâmica do modelo de Lewis. Quanto mais capital se dispusesse nessa economia, mais trabalhadores poderiam migrar do setor de "subsistência" para o setor "capitalista". Uma consequência direta desse movimento seria o aumento do produto per capita da economia como um todo; simplesmente porque a contribuição de um trabalhador do setor de subsistência é praticamente nula para a composição do produto, ao passo que sua participação no setor "capitalista" é significativa. A criação desse novo capital se daria através do reinvestimento do excedente capitalista (lucros), dessa forma o setor "capitalista" se ampliaria, mais trabalhadores seriam trazidos do setor de "subsistência" e o processo continuaria até que desaparecesse o excedente de mão-de-obra. É importante ressaltar que, no modelo de Lewis, o processo de acumulação de capital e o progresso técnico caminham juntos. Nas palavras do autor,

Deveria ser possível, teoricamente, distinguir entre o aumento de capital e o aumento dos conhecimentos técnicos, mas isto na prática não é nem possível nem necessário para fins de nossa análise...O capital e o conhecimento técnico atuam conjuntamente no sentido de que nas economias em que a técnica se apresenta estagnada a poupança não é, em geral, prontamente aplicada no aumento de capital produtivo; em tais economias é mais comum utilizar a poupança para construir pirâmides, igrejas e outros bens de consumo duráveis deste tipo. Consequentemente, o aumento do capital produtivo e o aumento dos conhecimentos técnicos são, nessa análise, tratados como um só fenômeno. (LEWIS, 1969, p.419- 420).

2.2.4 Poupança, Lucro e Renda

Terminada a parte mais formal da exposição de seu modelo teórico, Lewis volta sua atenção para o que considera ser "o problema central da teoria do desenvolvimento econômico", que, em suas próprias palavras, é

[...] a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 a 15% da renda nacional, ou mais. (LEWIS, 1969, p. 422).

De acordo com o autor, nenhum processo de desenvolvimento econômico poderia ser explicado sem que se tivesse em vista e se pudesse explicar o aumento relativo da poupança em relação à renda nacional. Nessa investigação, Lewis diz que seria necessário focar-se, apenas, nos 10% da população - posto que ela possuísse 40% da renda nacional -; ou seja, entender como que esses 10% mais ricos passariam a poupar mais - o restante da população não conseguiria poupar uma parte significativa de suas rendas. Esse é um ponto muito importante para que se compreenda a dinâmica do processo e para que não se confunda a poupança relevante - dos 10% mais ricos - com a do restante da população, que mal consegue poupar. Nas palavras de Lewis,

Praticamente toda a poupança provém daqueles que têm lucros ou rendas. A poupança dos trabalhadores é muito pequena. As classes médias poupam alguma coisa, mas em todas as comunidades a poupança das classes médias tem, na prática, poucas conseqüências para o investimento produtivo [...] Se a poupança nos interessa, devemos concentrar nossa atenção nos lucros e nas rendas. (LEWIS, 1969, p. 423).

A pista seguinte da investigação é, portanto, responder à questão "em que circunstâncias aumenta a participação dos lucros na renda nacional?". Para tal, Lewis utiliza o seu modelo. O raciocínio do autor é o seguinte: num primeiro momento, a renda nacional seria composta majoritariamente pela renda de subsistência. Considerando o aumento populacional e a produtividade marginal do trabalho ambas iguais a zero, a renda de subsistência se manteria constante à medida que o trabalho fosse transferido para o setor capitalista. Por outro lado, o excedente capitalista e a renda dos próprios capitalistas iriam

aumentando como proporção da renda nacional, visto que o salário dos trabalhadores do setor capitalista se manteria constante no processo, enquanto ainda houvesse oferta ilimitada de mão-de-obra. Dessa forma, enquanto uma parte do excedente fosse reinvestida em capacidade produtiva – incluindo o progresso técnico -, os lucros sempre aumentariam em relação à renda nacional.

Essa análise ajudaria, segundo Lewis, a entender o problema clássico dos países subdesenvolvidos: os baixos níveis de poupança. Seriam três os pontos básicos enfatizados pelo autor para explicar por que os países subdesenvolvidos poupam tão pouco. O primeiro deles seria o fato do setor capitalista - privado ou estatal - ser muito pequeno nesses países, o que inviabilizaria o mecanismo de poupança através dos lucros, exposto anteriormente. O segundo ponto seria a desigualdade de renda inerente ao processo de desenvolvimento econômico; essa desigualdade deveria ser sempre em favor dos lucros capitalistas e não em favor da renda da terra, como parecia ser em muitos dos países subdesenvolvidos. Só assim poderia se assegurar um alto nível de poupança e de reinvestimento no setor produtivo da economia. O último ponto é de suma importância e se refere à necessidade da existência de uma classe capitalista, ausente nas economias subdesenvolvidas,

[...] isto é, de um grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital. As classes dominantes das economias atrasadas - proprietários de terra, comerciantes, prestamistas, sacerdotes, militares, príncipes - normalmente não pensam nesses termos. O motivo pelo qual uma sociedade desenvolve uma classe capitalista é muito difícil de ser encontrado, não havendo, provavelmente, uma resposta geral. (LEWIS, 1969, pp. 425 e 426).

2.2.5 Inflação e Governo

O passo seguinte de Lewis é o de apresentar uma outra forma de criação de capital que não o reinvestimento dos lucros do processo produtivo, qual seja, "o aumento líquido da oferta de dinheiro, principalmente através do crédito bancário". O autor argumenta que essa seria uma prática muito comum entre os capitalistas e, portanto, deveria ser anexada ao modelo. Uma suposição que é feita é a de que o excedente de trabalho poderia ser utilizado para a produção de bens de capital sem que houvesse prejuízo na produção de bens de consumo. Isso porque, como já foi dito, a produtividade marginal do trabalho seria nula e o

uso de terra e de capital, escassos, seria considerado desnecessário na produção dos bens de capital. Feito o investimento em capital, então, através de dinheiro novo, o primeiro efeito seria o de aumento de preços na economia, já que a produção de bens de consumo se manteria constante e o meio circulante para compras aumentaria entre os trabalhadores recém-empregados no investimento. Em um segundo momento, apareceriam os frutos da produção dos novos bens de capital, os preços recuariam e o consumo se elevaria. Esse processo inflacionário de financiamento de investimento só terminaria quando os lucros dos capitalistas fossem grandes o suficiente para financiar a nova taxa de investimento da economia, desprezando o auxílio da expansão monetária.

É fácil transpor o mecanismo acima descrito para o modelo. Sendo que a renda real de subsistência é dada, o salário real no setor capitalista mantém-se constante, também – caso houvesse uma perda salarial real, os trabalhadores do setor capitalista voltariam para o setor de subsistência. Supondo que houvesse investimento em capital novo, e este fosse feito por crédito, os salários estariam sempre acompanhando os preços – pelo motivo exposto anteriormente - e os lucros estariam crescendo como proporção da renda nacional – graças à passagem dos trabalhadores do setor de subsistência para o setor capitalista. Chegaria-se ao ponto em que esses lucros seriam suficientes para financiar o novo investimento em capital; o sistema voltaria, então, ao equilíbrio, sem inflação. Nas palavras do autor,

A inflação com finalidade de formação de capital é autodestrutiva. Os preços começam a aumentar, mas são mais cedo ou mais tarde superados por uma produção maior e podem, em última análise, acabar abaixo do que se encontravam no início. (LEWIS, 1969, p. 431).

O papel da expansão de crédito seria, portanto, o de acelerar o aumento de capital e da renda real.

Lewis passa a analisar, então, o papel do governo no processo de desenvolvimento. De acordo com o autor, também o governo poderia se utilizar, da mesma forma que foi exposta anteriormente, do expediente inflacionário para promover a formação de capital novo. O procedimento seguinte ao financiamento pela inflação, a ser adotado pelo governo, poderia ser o de uma elevação dos impostos para forçar esse dinheiro a voltar rapidamente às suas mãos, ou ainda, caso a sociedade se negasse a aceitar tal redistribuição da renda, um ajuste mais demorado dos preços, que só retornariam aos seus níveis iniciais quando a oferta da produção resultante do capital formado forçasse a queda dos preços.

Mais uma vez, Lewis faz uma ressalva quanto ao processo de formação de capital através da inflação. Ele enfatiza que seria necessário que esse dinheiro novo fosse parar nas mãos dos industriais; somente essa classe iria poupar e investir esse dinheiro produtivamente. A explicação que o autor dá para esse fato é a de que estaria implícito no trabalho dos empresários industriais o desejo pelo êxito na formação de capital novo. Até mesmo o governo teria dificuldades em poupar o suficiente para liquidar com o processo inflacionário, visto que é sempre difícil para ele reduzir seus gastos. Outra ressalva feita pelo autor é quanto ao tipo de investimento a ser feito com a expansão do crédito. A melhor maneira de se formar capital com a criação de crédito seria através de investimentos que produzissem um retorno rápido e elevado; seria um erro financiar a construção de escolas com esse tipo de recurso, por exemplo.

Por fim, e para encerrar de vez o debate sobre inflação e formação de capital, Lewis argumenta que a decisão de financiar ou não o investimento em capital, através da expansão de crédito, deveria ser tomada levando-se em conta o *trade-off* inerente a tal processo, que se daria entre o ônus inflacionário que recairia sobre a sociedade e o aumento da produção.

2.2.6 Fim do Processo de Desenvolvimento para uma Economia Fechada

A análise se volta, agora, no texto, para o fim do processo de desenvolvimento. De acordo com o modelo de Lewis, exposto até o momento, uma economia com salário real constante, oferta de mão-de-obra ilimitada e que reinveste seu excedente na formação de capital irá crescer até o ponto em que o trabalho se torne um fator escasso. No entanto, o fim desse processo pode ser precipitado por algumas razões econômicas, e o autor enumera cada um desses casos particulares da seguinte forma.

O primeiro caso, em que o fim do processo de desenvolvimento econômico aconteceria antes que toda a mão-de-obra excedente fosse absorvida pelo setor capitalista, se daria quando a acumulação de capital fosse tão grande que superasse o aumento da população, fazendo com que o número de pessoas no setor de subsistência diminuísse em valores absolutos e, assim, o produto médio desse setor se elevasse. Dessa forma, o salário do setor capitalista sofreria uma constante elevação, diminuindo os excedentes dos capitalistas e, assim, adiantando o fim do processo de acumulação.

O segundo caso em que o fim do processo de acumulação de capital se daria mais cedo do que o desejável seria quando o setor capitalista crescesse mais depressa de que o de subsistência, de forma a fazer com que os termos de intercâmbio se voltassem contra o setor capitalista – supondo que os dois setores produzissem bens diferentes. Dessa forma, os empresários seriam obrigados a aumentar os salários dos seus trabalhadores para conservar seu valor real e evitar que eles voltassem para o setor de subsistência.

O terceiro caso seria o do aumento da produtividade do setor de subsistência, propiciado pelo desenvolvimento de alguma nova técnica, ou ainda se aproveitando dos investimentos do setor capitalista em infra-estrutura. A consequência seria, mais uma vez, a elevação dos salários reais do setor capitalista, causada pela elevação da produtividade do setor de subsistência, o que levaria à diminuição dos excedentes capitalistas. Esses salários reais poderiam aumentar, também, caso os trabalhadores do setor capitalista resolvessem elevar seu padrão de vida e exigissem um aumento salarial para cumprir com suas novas necessidades de consumo.

De acordo com Lewis, a situação mais interessante, e que mereceria ser investigada com minúcia, seria a do movimento dos termos de intercâmbio em prejuízo do setor capitalista, causado pelo maior crescimento deste em relação ao de subsistência. Para tal análise, deveríamos supor que o setor de subsistência produzisse apenas alimentos e o setor capitalista todos os outros bens. Essa relação mostra a importância da agricultura para o processo de desenvolvimento da indústria, a forma pela qual a indústria dependeria de melhorias na agricultura, a fim de se evitar esse movimento depreciativo dos preços relativos. Por outro lado, um aumento da produtividade do setor de subsistência, como já foi dito anteriormente, poderia fazer com que os salários reais do setor capitalista aumentassem, do mesmo jeito. A solução para esse problema, segundo o autor, estaria numa melhora da relação de intercâmbio em favor do setor industrial que mais do que compensasse o aumento da produtividade do setor de subsistência. Isso poderia ser alcançado, segundo o autor, impedindo-se que os camponeses retivessem os ganhos advindos do aumento de produtividade, o que implicaria uma redução na queda dos preços dos alimentos, ou ainda sua elevação, e pioraria os termos de intercâmbio do setor capitalista em relação ao de subsistência.

Visto o esgotamento do processo de desenvolvimento para uma economia fechada, o autor abre espaço para o que será a continuação do seu modelo, logicamente, a análise de uma economia aberta. Em suas próprias palavras,

Ao desaparecer o excedente de trabalho, nosso modelo de economia fechada perde sua validade. Os salários, então, já não estão ligados a um nível de subsistência [...] No mundo clássico todos os países apresentam excedente de trabalho. No mundo neoclássico, o trabalho é escasso em todos os países. No entanto, no mundo real os países que atingiram a escassez de trabalho vêem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. (LEWIS, 1969, p. 441).

2.2.7 Análise para uma Economia Aberta

Lewis abre a seção chamada de “A Economia Aberta” apresentando duas soluções para os capitalistas quando a acumulação de capital alcançasse a oferta de trabalho e seus excedentes fossem diminuídos pelo aumento dos salários de subsistência em seus países. A primeira solução seria incentivar a imigração de trabalhadores empregados em setores de subsistência, impedindo, assim, que os salários aumentassem em seus países. A segunda, mais viável e desejável segundo o autor, seria a exportação de capitais para os países em que houvesse mão-de-obra em abundância. A explicação para essa maior viabilidade e desejabilidade seria o fato dos sindicatos dos países em que o trabalho fosse escasso estarem organizados contra a imigração em massa, enquanto que os mesmos não apresentariam maiores restrições à exportação de capital.

Neste ponto, Lewis se depara com a mesma questão analisada por Rosenstein-Rodan (1943) - e apresentada no capítulo anterior deste trabalho. Ambos os autores identificam um problema na divisão internacional do trabalho expresso pelo desequilíbrio da relação capital/trabalho entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Os primeiros teriam excesso de capital enquanto os últimos teriam excesso de mão-de-obra. A solução proposta pelos dois é a mesma, qual seja, a exportação de capital pelos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos. Ambos apontam dificuldades para a imigração em massa de mão-de-obra. Rosenstein-Rodan alerta para problemas tanto nos países de origem quanto nos países de destino dessa mão-de-obra excedente. Já Lewis tem seu argumento baseado nos problemas decorrentes da reação violenta dos sindicatos à imigração – como foi dito anteriormente.

Focando, então, na exportação de capital, Lewis faz a primeira análise de seu modelo com a economia aberta, apresentando uma situação de intercâmbio entre dois países, A e B. Deveríamos supor que no país A o trabalho é escasso e no país B não; ambos seriam auto-suficientes e não existiria comércio entre eles. A partir do momento em que o país A

começasse a exportar capital para o país B, verificar-se-ia, em primeiro lugar, um excedente de exportação de A - representado pelo capital -, seguido de um excedente de importação de A - representado pela entrada de dividendos. O salário dos trabalhadores do país A manteria-se constante até o ponto em que o trabalho deixasse de ser escasso no país B e voltasse a se investir capital no país A. Esse seria um exemplo muito simples de funcionamento de uma economia aberta; no entanto, seria preciso fazer algumas considerações a respeito da motivação da exportação de capital por parte dos empresários antes de se partir para modelos mais complexos.

Lewis defende a idéia de que não seria tão simples assumir que os empresários do país A investiriam seu capital no país B assim que o trabalho se tornasse escasso no primeiro. A rentabilidade de um investimento - e, portanto, o incentivo a se investir - em um país estrangeiro seria tão maior quanto fosse sua disponibilidade de recursos naturais, o grau de cultura capitalista presente na sociedade e quanto menor fosse a quantidade de capital já investido nele. Sobre essa última questão, apesar do autor identificá-la como determinante na decisão do investimento, ele não concorda que a tendência natural à diminuição do rendimento do capital fosse algo inevitável. Se, por um lado, o aumento da relação capital per capita tenderia a diminuir os lucros do capital, por outro o progresso tecnológico atuaria na direção oposta, a saber, a de aumentar os lucros do capital. Da mesma forma, não necessariamente seria mais rentável investir numa indústria de um país subdesenvolvido somente porque lá a mão-de-obra é mais barata; o retorno do investimento dependeria de muitas outras variáveis, e um baixo grau de capitalização da economia em que se investisse poderia até contribuir para um menor retorno. A única conclusão lógica seria a de que quando um país em que o trabalho fosse escasso exportasse capital - pelo motivo que fosse - evitaria um aumento salarial dentro do próprio país.

A segunda situação proposta por Lewis é a de dois países que não são concorrentes no mercado internacional, mas que comerciam entre si. Supondo que o país A produzisse trigo e o país B produzisse amendoim, e o país A desenvolvesse um setor capitalista de cultivo de trigo, os salários em A começariam a subir - no momento em que a mão-de-obra não fosse mais abundante - e seria compensatório exportar o capital de produção de trigo para a produção de amendoim no país B (caso as técnicas fossem compatíveis). Da mesma forma que na situação anterior, os salários se manteriam constantes no país A, porém os termos de intercâmbio entre os dois países teriam um movimento interessante. Ao se criar um setor capitalista produtor de trigo em A, a produção aumentaria de forma a tornar o amendoim mais caro em termos de trigo. Os trabalhadores e os capitalistas de A estariam piores em termos de

amendoim, e os trabalhadores de B estariam melhores em termos de trigo. Essa relação de intercâmbio só voltaria ao normal à medida que capital fosse exportado para a produção de amendoim no país B e esta crescesse consideravelmente. Nesse movimento, seria interessante notar que a exportação de capital poderia favorecer os trabalhadores do país exportador, contanto que esse capital fosse aplicado na indústria produtora do bem que o país importasse (no caso, o amendoim).

Uma terceira situação serve muito bem para entender por que, segundo Lewis, os produtos tropicais seriam tão baratos no mercado internacional. Se modificássemos o exemplo anterior e supuséssemos que o país A produzisse aço e fosse altamente produtivo em alimentos, de modo que o dia de trabalho nesse país produzisse três unidades de alimento ou três unidades de trigo; enquanto que o país B produzisse borracha e tivesse baixa produtividade no cultivo de alimentos, de modo que o dia de trabalho nesse país produzisse uma unidade de alimento ou uma de borracha, poderíamos estabelecer os termos de troca do aço em relação à borracha, por intermédio dos alimentos (uma unidade de alimento = uma unidade de aço = uma unidade de borracha). Poderíamos estabelecer também os salários relativos, entre os trabalhadores de A e B, determinados pela produtividade no setor de alimentos (o salário dos trabalhadores de A seria o triplo do salário dos trabalhadores de B). Se houvesse exportação de capital para o setor de produção de borracha, do país A para o país B, a produtividade desse setor aumentaria e os termos de intercâmbio se moveriam em favor do país A, pois a mesma quantidade de aço compraria mais borracha. Por outro lado, o salário dos trabalhadores do país B continuaria o mesmo e o preço da borracha continuaria baixo, dado que ainda haveria oferta ilimitada de mão-de-obra nessa economia. Assim, por mais que se desenvolvesse o setor de borracha, os trabalhadores continuariam na mesma situação; os únicos beneficiados seriam os compradores internacionais. Para se elevar o preço da borracha seria necessário aumentar a produtividade dos setores de subsistência (alimentos) no país B. Mesmo assim, ressalva o autor, a exportação de capitais poderia ser benéfica aos países subdesenvolvidos uma vez que aumentaria a oferta de emprego, diminuindo a diferença entre a oferta de mão-de-obra e sua demanda.

Uma quarta situação é proposta por Lewis na sua análise da oferta ilimitada de mão-de-obra em uma economia aberta. O autor supõe, agora, que os dois países produzem os mesmos bens - alimentos e manufaturas de algodão - e comerciem entre si; no país A o trabalho seria escasso e no país B haveria oferta ilimitada de mão-de-obra no setor de alimentos. O que se gostaria de saber é quem deveria se especializar em que produto para que o comércio internacional fosse vantajoso para ambos. Considerando-se que em um dia de

trabalho se produzisse três unidades de alimentos ou três unidades de manufaturas de algodão no país A, e que no país B, no mesmo dia, se produzisse duas unidades de alimentos ou uma unidade de manufaturas de algodão (produtos médios), poderia se inferir que o país B deveria se especializar na produção de alimentos e o país A na produção de manufaturas de algodão. Porém, se estaria esquecendo que no país B haveria oferta ilimitada de mão-de-obra, o que faria com que o produto marginal de um dia de trabalho fosse zero unidades de alimento ou uma unidade de manufaturas de algodão. Sob esse novo ponto de vista (marginal), e considerando que no país A as proporções se mantivessem, seria em manufaturas de algodão, então, que o país B deveria se especializar. Esse engano de interpretação entre produto médio e produto marginal na análise das vantagens comparativas entre países que apresentam oferta de mão-de-obra ilimitada, segundo o autor, teria causado a destruição das manufaturas de muitos países subdesenvolvidos, entre elas a indústria algodoeira da Índia. Mais do que isso, o autor defende a proteção das economias subdesenvolvidas contra as importações, imputando ao modelo neoclássico - que não inclui a oferta ilimitada de mão-de-obra em seu arcabouço teórico - uma falha crucial na análise do comércio internacional desse tipo de país.

Pode-se resumir o que foi dito até o momento sobre o modelo de Lewis para uma economia aberta - e aqui se encerra o artigo - nas palavras do próprio autor,

[...] a exportação de capital tende a reduzir os salários dos países exportadores de capital. Isto é total ou parcialmente compensado quando o capital é aplicado para baratear os artigos importados pelos trabalhadores ou para elevar os custos salariais dos países que concorrem em terceiros mercados (elevando a produtividade em seus setores de subsistência). No entanto, a redução dos salários vê-se agravada quando o capital é investido de modo a elevar o custo das importações (aumentando a produtividade nos setores de subsistência) ou aumentar a produtividade das exportações rivais. Já vimos também que os países importadores de capital com excedente de trabalho não conseguem aumentar os salários reais através do investimento de capital estrangeiro nos mesmos, a menos que este capital resulte num aumento da produtividade das mercadorias produzidas para seu próprio consumo. (LEWIS, 1969, pp. 453 e 454).

2.3 Conclusão

Este capítulo teve como objetivo apresentar e analisar as principais idéias de Arthur Lewis acerca do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Essa análise se ateve, apenas, à interpretação e exposição do seu principal artigo sobre desenvolvimento econômico. Nele está presente o conceito fundamental da obra de Lewis, qual seja, o da oferta ilimitada de mão-de-obra nos países subdesenvolvidos. Tomando esse conceito básico como hipótese, o autor construiu um modelo formal de acumulação de capital para explicar o processo de desenvolvimento econômico nesses países. Esse modelo parte de uma economia simples e fechada e vai incorporando a inflação, o papel do governo e o comércio internacional na sua estrutura de análise.

É fundamental frisar a importância que Lewis confere à caracterização de seu artigo como sendo proveniente da tradição clássica. Logo de início o autor rejeita o arcabouço teórico neoclássico e o keynesiano para explicar o processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. A introdução da hipótese da oferta ilimitada de mão-de-obra em seu modelo ratifica essa rejeição ao mesmo tempo em que contribui para a construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico. A atribuição dessa característica da mão-de-obra aos países subdesenvolvidos lhes confere um caráter *sui generis* que os diferencia dos países desenvolvidos e demanda a construção de um novo arcabouço teórico para sua análise.

É exatamente a essa tarefa que se presta o artigo de Lewis. Não só o seu mas muitos outros que também se propuseram a analisar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos na mesma época, em meados da década de 50. Outro autor que teve uma contribuição essencial para a construção das teorias do desenvolvimento econômico - e que terá suas idéias analisadas no próximo capítulo - foi Albert Hirschman.

3 A ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ALBERT HIRSCHMAN

3.1 Introdução

Albert O. Hirschman nasceu em Berlim, na Alemanha, em 1915. Estudou Economia em Paris, Londres e na Universidade de Trieste, onde se doutorou, em 1938. Após servir o exército francês entre 1939 e 1940, mudou-se para os EUA em 1941. A partir de 1946, Hirschman passou a fazer parte da diretoria do *Federal Reserve* dos Estados Unidos, na qual participou do projeto de reconstrução da Europa Ocidental, no pós-guerra. Entre 1952 e 1956, morou e trabalhou em Bogotá, na Colômbia, primeiro a serviço do Banco Mundial e depois como consultor privado. Terminado seu período de trabalho na Colômbia, Hirschman voltou aos EUA, onde passou a lecionar em universidades de primeira linha.

A trajetória de vida do autor nos ajuda a entender grande parte de sua produção científica, caracterizada pela variedade de temas e diferentes formas de abordá-los.⁹ Dentre sua vasta bibliografia, encontra-se “Estratégia do Desenvolvimento Econômico”. O livro, publicado em 1958, trata do tema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, mais precisamente de como colocá-lo em prática, e está inserido no mesmo contexto histórico de outros estudos sobre o tema – como o de Rosenstein-Rodan (1943) e de Lewis (1954), apresentados nos capítulos anteriores deste trabalho -, qual seja, o da reconstrução do mundo ocidental após a Segunda Guerra Mundial incluindo a industrialização dos países subdesenvolvidos.

“Estratégia do Desenvolvimento Econômico” é muito lembrado e citado na literatura econômica pela sua herança conceitual conhecida por “encadeamentos para frente e para trás” (*backward and forward linkages*). O conceito, que exploraremos mais adiante, seria a grande contribuição de Hirschman para as teorias do desenvolvimento econômico e para a economia, em geral. Influenciaria não só os acadêmicos como os agentes de política econômica. No entanto, é importante que se investiguem as origens de tal conceito e o contexto no qual ele foi criado, para que o mesmo seja empregado de forma correta (original) e carregue todas as idéias que estão embutidas nele. Assim, faz-se necessário um estudo aprofundado do livro no

⁹ Para um estudo mais aprofundado sobre a produção científica de Albert Hirschman, veja Bianchi (2004).

qual o conceito foi exposto, principalmente do percurso percorrido pelo autor até a sua formulação.

Antes de iniciar a exposição das idéias contidas no livro, seria interessante explicitar como a trajetória de vida do autor influenciou, especificamente, na construção do conceito de mecanismos de pressão - e, conseqüentemente, do conceito de “encadeamentos para frente e para trás” - como indutor do desenvolvimento econômico. Essa história o próprio Hirschman fez questão de contar em seu artigo “*A Dissenter’s Confession: ‘The Strategy of Economic Development’ Revisited*”. Segundo ele, sua experiência de seis anos trabalhando no *Federal Reserve*, na reconstrução da Europa Ocidental, o fez descrente dos benefícios de uma intervenção estrangeira em países em crise, mais precisamente das doutrinas econômicas impostas pelos EUA aos países europeus. Essa descrença fez com que sua transferência para a Colômbia, a serviço do Banco Mundial, fosse encarada por ele mesmo com um certo preconceito. Sendo assim, Hirschman preferiu se aprofundar e participar dos estudos econômicos sobre desenvolvimento já em curso na própria Colômbia do que aplicar alguma receita econômica, estrangeira e milagrosa, baseada em dados pouco confiáveis, proveniente dos EUA e do Banco Mundial.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que Hirschman rejeitou a postura de estrangeiro dono da verdade, passou a incentivar a pesquisa de soluções tipicamente colombianas para os problemas colombianos, por mais que parecessem contra intuitivas em um primeiro momento. Segundo o autor, sua procura passou a ser, então, por possíveis “racionalidades ocultas” na realidade econômica colombiana que, de fato, davam certo. Os resultados dessa busca foram, exatamente, os gargalos na economia, os excessos de oferta e demanda e o crescimento não-equilibrado, como indutores do desenvolvimento econômico do país. A partir da generalização desses resultados, Hirschman pôde, portanto, concluir que o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos seria fruto de mecanismos de pressão.

Uma vez contada a história de vida que proporcionou o aparecimento da idéia dos mecanismos de pressão como indutores do desenvolvimento econômico, é chegada a hora de se conhecer a trajetória teórica trilhada por Hirschman para a construção do conceito de “encadeamentos para frente e para trás”, logicamente ligado a essa idéia de mecanismos de pressão.

3.2 Estratégia do Desenvolvimento Econômico

3.2.1 Diagnóstico do Subdesenvolvimento

Antes mesmo de entrar propriamente na elaboração das idéias acerca da melhor estratégia de desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos, Hirschman, no prefácio do livro, deixa clara sua motivação e, conseqüentemente, o tom de rejeição e originalidade que permearia a obra. Ao discorrer sobre as teorias de desenvolvimento vigentes à época, o autor diz o seguinte:

“But in some areas I had long felt dissatisfaction with the present state of our knowledge: for instance, existing theories had seemed to me to be particularly unhelpful to the decision-maker in underdeveloped countries when he has to determine basic strategic issues in development planning, such as the assigning of sector or area priorities or the kind of industrialization effort to be pursued. An attempt is here made to evolve some new ways of thinking about these problems” (HIRSCHMAN, p. v, 1958).”

No primeiro capítulo do livro, Hirschman inicia sua investigação sistemática sobre o problema do desenvolvimento econômico. A primeira conclusão à qual o autor chega é a de que nos países subdesenvolvidos não havia escassez de fatores de produção. Ou seja, mais explicitamente, não faltava capital, trabalho, recursos naturais ou qualquer outro fator, que fosse de caráter psicológico ou antropológico, para o desencadeamento de um processo de industrialização – este associado diretamente ao desenvolvimento econômico desses países. Mais importante do que o fato de haver ou não fatores de produção presentes em determinado país é a constatação do autor de que isso seria irrelevante no processo de desenvolvimento. Hirschman argumenta que, na falta de algum desses fatores, uma sociedade em desenvolvimento conseguiria providenciá-lo. Na verdade, segundo ele, existiria nos países subdesenvolvidos uma escassez disfarçada, uma oferta sub-utilizada, desses fatores de produção.

A grande vantagem desse tipo de abordagem do problema do desenvolvimento econômico, tanto para a análise do processo quanto para a formulação de alguma estratégia, segundo o próprio autor, seria a de poupar tempo, ao se cessar a busca – inútil - pelos inúmeros pré-requisitos necessários ao desenvolvimento e ao se concentrar a atenção em

apenas uma questão – e a partir daí, a pesquisa de Hirschman toma um rumo que a diferenciaria das outras teorias do desenvolvimento econômico então existentes. A questão do autor, então, passa a ser saber como utilizar os fatores de produção sub-utilizados nessas economias, como fazê-los saírem de trás de seus disfarces. Se, uma vez disparado o processo de desenvolvimento econômico, os pré-requisitos realmente aparecessem na sociedade, o que se deveria procurar seria o modo de fazer com que esses pré-requisitos aparecessem em maior número e intensidade.

No entanto, segundo Hirschman, conhecer o caminho correto a ser seguido na busca pela resposta ao problema do desenvolvimento econômico não significaria, necessariamente, trilhar o caminho mais fácil. Se, por um lado, a percepção de que não faltavam fatores de produção para o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos evitaria armadilhas e pistas falsas na investigação, por outro levaria o próprio investigador a lidar com questões desconhecidas, inexploradas, e, por isso mesmo, complicadas à primeira vista.

Da mesma forma, conhecer os frutos do desenvolvimento econômico não implicaria, para os países subdesenvolvidos, conhecer os meios para colhê-los. De acordo com Hirschman, o que estaria em jogo num processo de desenvolvimento econômico não seria uma simples comparação de custos e lucros entre diferentes projetos de investimento. A grande tensão se daria, na verdade, entre os objetivos do desenvolvimento e os meios para alcançá-los, que seriam, quase sempre, contraditórios, na medida em que:

“to achieve high per capita incomes, current consumption must be reduced; to make available more leisure time, work must be more rigorously scheduled; to obtain a more equitable distribution of income, new inequalities may first have to be created, etc, etc”
(HIRSCHMAN, 1958, p. 10).

Tais contradições só perderiam seu caráter proibitivo ao desenvolvimento econômico quando fossem postas, de fato, em prática, ou seja, na medida em que se realizasse, efetivamente, o processo de desenvolvimento e elas fossem exacerbadas. Seria somente quando os obstáculos se transformassem em incentivos que o processo de transformação da sociedade teria espaço.

Na continuação de sua obra, então, Hirschman passa a analisar a idéia de transformação social presente nessas sociedades estacionárias, dos países subdesenvolvidos. De acordo com o autor, seriam dois os tipos básicos de idéia de transformação nesse tipo de

sociedade. O primeiro ele chama de “Imagem Grupal de Transformação”: os indivíduos, nessa sociedade, teriam um papel e um lugar bem definidos, e a idéia de progresso econômico individual não lhes seria concebível. O desenvolvimento econômico deveria corresponder, no juízo desses indivíduos, a uma elevação do padrão de vida de todos os membros da sociedade, mantendo-se a hierarquia social original. A transformação social seria responsável, portanto, por dinamizar a sociedade sem alterar sua estrutura. Hirschman argumenta que tal concepção de transformação seria incompatível com o desenvolvimento econômico; nesse processo, segundo ele, seria natural que surgissem novas oportunidades de investimentos e que alguns perdessem e outros ganhassem, mudando substancialmente a ordenação social. A consequência do pensamento baseado na imagem grupal de transformação seria, simplesmente o não desenvolvimento econômico desses países; projetos de investimentos não sairiam do papel, uma vez que seriam incapazes de manter o *status quo* da sociedade.

O segundo tipo de idéia de transformação social presente em sociedades estacionárias, elencado por Hirschman, seria o da “Imagem Egocêntrica da Transformação”: o pensamento dos indivíduos nesse tipo de sociedade seria exatamente o oposto do pensamento grupal da transformação. Nela, os indivíduos conceberiam o progresso econômico apenas para si, em detrimento da sociedade, como fruto de algum plano astucioso ou mesmo da sorte, em que o trabalho sistemático não teria vez. Esse seria o caso típico das sociedades latino americanas, segundo o autor, e o exemplo cabal de algum plano astucioso ou do progresso econômico através da sorte seria a grande popularidade das loterias nesses países. É claro que Hirschman também condena esse tipo de idéia de transformação social para o bem de um processo de desenvolvimento econômico. Seu argumento é o de que uma sociedade dessa não conseguiria aglutinar forças para empreender nenhum projeto econômico realmente produtivo, que disparasse qualquer tipo de desenvolvimento.

A idéia correta de transformação social, então, proposta pelo autor, seria a de conciliação entre a atividade empreendedora individual e a capacidade de cooptação e inclusão social no processo de desenvolvimento, de modo que se percebessem os benefícios mútuos de tal cooperação para o bem de toda a sociedade. Entretanto, ressalva o próprio Hirschman, tal visão de transformação só poderia ser adquirida, pelos indivíduos e pela sociedade em geral, durante o próprio processo de desenvolvimento.

Outros dois tipos de pensamento que contribuiriam negativamente para o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos – de forma complementar às idéias de transformação social expostas anteriormente – seriam as “Expectativas Exageradas” e a “Preferência Pela Liquidez”. O primeiro se refere à idéia de

que deveria haver alguma atividade na qual investir que levasse ao rápido enriquecimento – algo como a “galinha dos ovos de ouro”. A consequência desse tipo de pensamento seria o desvio dos investimentos de atividades úteis ao desenvolvimento econômico em prol de atividades econômicas fugazes. O segundo tipo, que está diretamente relacionado ao primeiro, se refere à idéia de que deveriam existir muitas atividades nas quais investir e que, portanto, sempre deveria haver projetos mais promissores. A consequência seria o abandono do investimento em bons projetos e a aplicação dos fundos de investimento em operações seguras, de fácil conversão e liquidez.

Baseado no que foi exposto anteriormente, está feito, portanto, o diagnóstico do subdesenvolvimento: a falta de capacidade de se tomar decisões nessas sociedades. Nas palavras do próprio autor:

“Our diagnosis is simply that countries fail to take advantage of their development potential because, for reasons largely related to their image of change, they find it difficult to take the decisions needed for development in the required number and at the required speed” (HIRSCHMAN, 1958, p. 25).

Assim sendo, todos os fatores de produção supostamente necessários para promover um processo de desenvolvimento seriam reduzidos a apenas um, que condicionaria todos esses outros, qual seja, como já foi dito: a capacidade de tomar decisões. Esse fator, por sua vez, teria uma característica muito peculiar, ele não poderia ser economizado, não poderia ser distribuído pelos investimentos de acordo com sua eficiência. Cada projeto de investimento teria a sua tomada de decisão própria. A busca do autor passa a ser, então, por mecanismos que fizessem com que esse fator escasso aparecesse, ou seja, por mecanismos que induzissem o desenvolvimento da capacidade de tomar decisões nessas sociedades.

3.2.2 Economia do Crescimento

Hirschman inicia essa nova fase de sua busca em um ramo da economia que ficou conhecido como economia do crescimento, e que tem como fundadores Harrod e Domar. Ele se indaga se os modelos de crescimento aplicados ao caso dos países desenvolvidos poderiam, de alguma forma, contribuir para sua pesquisa do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. A resposta é negativa, e uma primeira explicação dada pelo autor, para

essa inaplicabilidade das idéias da economia do crescimento para o caso específico das economias subdesenvolvidas, viria de uma característica intrínseca aos modelos teóricos das ciências sociais, qual seja: quanto mais eficientes para explicar um tipo específico de sociedade, menos eficientes para explicar outros tipos. Seria exatamente o caso dos modelos de crescimento de Harrod e Domar,¹⁰ que se aplicariam muito bem às economias desenvolvidas e, por isso mesmo, seriam incompatíveis com as economias subdesenvolvidas.

Tratando um pouco mais explicitamente do modelo de crescimento de Harrod e Domar, porém sem entrar em suas minúcias, Hirschman argumenta que os conceitos de coeficiente fixo entre capital e produto e igualdade entre poupança e investimento, o primeiro observado empiricamente nas economias desenvolvidas e o segundo dado como certo nessas mesmas economias, não poderiam ser aplicados no caso das economias subdesenvolvidas. De acordo com o autor, nas economias subdesenvolvidas, uma simples melhora nas condições de produção, causada pela superação de algum obstáculo, poderia ser responsável por um aumento considerável de produtividade, mudando significativamente a razão capital-produto – o que não ocorreria nas economias desenvolvidas. Sendo assim, tal coeficiente se tornaria muito volúvel e encará-lo como fixo não seria adequado.

No caso da igualdade entre poupança e investimento, Hirschman argumenta que, nas economias subdesenvolvidas, ao contrário das desenvolvidas, as decisões de poupança e investimento estariam intimamente ligadas, ao mesmo tempo em que um aumento eventual da poupança se deveria muito mais a uma superação de alguma barreira ao investimento do que do aumento da renda per capita. Sendo assim, descrever o comportamento da poupança como fração da renda não seria a forma mais adequada de se tratar do assunto, no caso de um processo de desenvolvimento econômico.

Hirschman conclui a sua busca – sem sucesso - no campo da economia do crescimento resumindo bem o tipo de relação, contrastante, entre os modelos de crescimento que tratam de economias desenvolvidas e as teorias do desenvolvimento econômico, aplicáveis aos países subdesenvolvidos:

“The economics of development dare not therefore borrow too extensively from the economics of growth; like the underdevelopment countries themselves, it must learn to walk on its own feet, which means that it must work out its own abstractions”
(HIRSCHMAN, 1958, p. 33).

¹⁰ Hirschman cita como referência padrão os trabalhos de Harrod (1939; 1948) e Domar (1957), em particular os Ensaio 1, 3, 4 e 5.

Rejeitado o arcabouço teórico da economia do crescimento, o passo seguinte do autor é dado na direção do investimento e, logicamente, na procura de algum determinante novo dessa variável econômica que não tivesse sido explorado ainda nos modelos de crescimento. Hirschman considera o investimento uma das variáveis mais importantes no processo de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que chama à atenção a sua volatilidade e imprevisibilidade. No caso dos países subdesenvolvidos, as condições necessárias para a realização de um investimento ultrapassariam a simples necessidade da existência de poupança e oportunidade de inversão. Segundo o autor o maior problema nesses países seria a dificuldade em combinar esses dois fatores – poupança e oportunidade de inversão - e a principal causa dessa dificuldade seria a imagem de transformação social presente nessas sociedades, e que já foi abordada anteriormente.

No meio de toda essa dificuldade, entretanto, Hirschman identifica um grupo social possuidor do que ele chamou de maior “habilidade para investimento”. Tendo como base o mesmo argumento de Lewis (1954), o autor diz que o setor moderno das economias subdesenvolvidas seria o único responsável pelas atividades produtivas (capitalistas) de poupança e investimento e, por isso mesmo, seria o único que conseguiria superar a dificuldade mencionada, reunindo e coordenando a poupança com a finalidade de reproduzir o capital (gerar mais lucro). No entanto, salienta, que o setor moderno das economias subdesenvolvidas seria geralmente muito pequeno e as dificuldades inerentes à atividade empreendedora, nesses países, poderiam tornar o processo de inversão lento e escasso.

Antes de prosseguirmos, vale a pena comparar detalhadamente as idéias de Lewis sobre a classe capitalista, a poupança e o investimento – já apresentadas no capítulo anterior deste trabalho – com as de Hirschman. Como já foi exposto, Lewis considerava relevante para o investimento apenas a poupança dos dez por cento mais ricos da população dos países subdesenvolvidos; isso porque o restante não conseguiria poupar o suficiente para realizar atividades empreendedoras. Mais do que isso, Lewis considerava relevante apenas a parte desses dez por cento que transformava sua poupança em investimentos com a finalidade de gerar mais lucro, e assim reproduzir o capital. Sendo assim, a classe capitalista seria muito pequena nos países subdesenvolvidos e o processo de desenvolvimento econômico entregue exclusivamente em suas mãos tenderia a ser muito lento. Hirschman concorda com toda essa argumentação, porém acrescenta na análise da classe capitalista um aspecto que fôra subestimado por Lewis, qual seja, sua capacidade de mobilizar a poupança do resto da sociedade. Seria essa mesma capacidade que estaria na origem do conceito similar e análogo

de “habilidade para o investimento”. Essa habilidade, por sua vez, acabaria por contagiar toda a sociedade, proporcionando o aparecimento de mais investimentos e fazendo com que surgisse o que o autor chamaria de “complementareidade do investimento”.

Dessa forma, a solução para o problema da precariedade do processo de inversões em economias subdesenvolvidas estaria, segundo Hirschman, em um aspecto até então ignorado na análise dos incentivos ao investimento nesses países. As teorias do crescimento consideravam o investimento como responsável pela criação de renda e geração de capacidade produtiva, mas deixavam de fora um papel essencial desempenhado por ele, o de provocador direto de mais investimento. E não se trataria do “investimento induzido”, causado pelo aumento da renda ou da capacidade produtiva; tratar-se-ia de “investimento adicional”.

Hirschman define o “investimento adicional” como o investimento provocado diretamente por um investimento no período anterior. De fato, um aumento de investimento em um tipo de indústria A poderia pressionar o aumento da produção em outra indústria B (pela pressão de demanda) ou ainda pressionar o início – ou mesmo aumento – da produção na indústria C (através da queda nos custos). Esse efeito do investimento é o que o autor chama de efeito completivo do investimento. Ele não seria relevante nos modelos de crescimento pois esses modelos considerariam o ajuste imediato, marginal, de uma nova oportunidade de investimento aberta por um investimento precedente. Esse argumento faria sentido, sim, segundo o autor, para economias desenvolvidas que produzissem praticamente todos os tipos de bens, mas não faria sentido para economias subdesenvolvidas.

Sendo assim, ao olharmos para o investimento adicional, estaríamos abrindo uma nova porta na busca para o caminho do incentivo a novos investimentos, em economias subdesenvolvidas. O efeito completivo, portanto, seria o responsável por pressionar novas inversões e, assim, ajudar a resolver o problema da precariedade dos investimentos nesse tipo de sociedade. Nas palavras do próprio Hirschman:

“The complementary effect of the investment is therefore the essential mechanism by which new energies are channeled toward the development process and through which the vicious circle that seems to confine it can be broken” (HIRSCHMAN, 1958, p. 43).

3.2.3 Desenvolvimento Equilibrado

Isso não implica, no entanto, que Hirschman seja partidário dos modelos de desenvolvimento equilibrado. Ao contrário, o autor deixa bem clara a sua discordância com essa linha de pensamento das teorias do desenvolvimento econômico. De acordo com ela, grosso modo, todos os novos investimentos deveriam ser feitos simultaneamente, de forma equilibrada, para que as novas indústrias usufruíssem as vantagens derivadas da instalação de indústrias complementares, tanto no que se referisse à garantia da demanda por seus produtos quanto da oferta de seus insumos.¹¹

O primeiro ponto de discordância de Hirschman para com essa doutrina está no próprio conceito de desenvolvimento. Para o autor, desenvolvimento significaria a transformação de uma dada economia em uma outra, mais avançada. O que se teria nos modelos de desenvolvimento equilibrado seria a sobreposição de um tipo de economia – moderna – sobre uma outra – atrasada. A consequência seria o estabelecimento de uma sociedade dual e não de um processo de desenvolvimento econômico. Mais grave do que isso, ainda, seria o fato de estar implícita nesses modelos a incapacidade das sociedades subdesenvolvidas de desenvolverem-se autonomamente. A própria expressão *big push*, entre outras com a mesma denotação, usada para designar esse momento de investimento equilibrado em massa, passa a idéia de uma ajuda alheia – um empurrão. Essa incapacidade das sociedades subdesenvolvidas de desenvolverem-se autonomamente não seria uma má interpretação, segundo o autor, à primeira vista, se essa mesma sociedade não fosse a responsável por ter que administrar um novo parque industrial completo. O autor se pergunta como poderia se esperar que as mesmas pessoas que compusessem uma sociedade atrasada dirigissem uma sociedade industrial moderna da noite para o dia? Segundo Hirschman, isso não seria possível, e não seria possível exatamente porque seria escassa nessas sociedades a capacidade de tomada de decisões, como já foi exposto anteriormente; e, justamente, essa condição faria uma sociedade subdesenvolvida. Nas palavras do autor: *“In other words, if a country were ready to apply the doctrine of balanced growth, then it would not be underdeveloped in the first place”* (Hirschman, p. 53-54, 1958). Assim sendo, a doutrina do desenvolvimento equilibrado seria mais adequada para tratar de sociedades modernas em

¹¹ Hirschman cita como os principais autores da teoria do desenvolvimento equilibrado e seus respectivos trabalhos os seguintes: Rosenstein-Rodan (1943), Nurske (1953), Lewis ([1955]) e Scitovsky (1954). Os dois primeiros autores Hirschman considera como defensores do equilíbrio na demanda e os dois últimos como defensores do equilíbrio na oferta.

situação de subemprego, nas quais um empurrão as levaria de volta à trajetória normal de crescimento, reincorporando as pessoas outrora marginalizadas.

O segundo ponto de discordância de Hirschman para com a doutrina de desenvolvimento equilibrado se dá no argumento das economias externas. Segundo essa teoria, o investimento privado, em países subdesenvolvidos, se daria abaixo do ótimo social. Seria necessária, então, a presença do Estado ou de um truste que aglutinasse todos os investimentos e assim pudesse se valer da internalização das economias externas - proporcionadas pela instalação simultânea de todos os tipos de indústria -, revendo para cima as estimativas de lucro, realizando, efetivamente, os investimentos e atingindo o ótimo social desejado. Esse é, exatamente, o argumento de Rosenstein-Rodan (1943) e de Scitovsky (1954) a favor do desenvolvimento equilibrado - apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Para Hirschman, ao se fazer esse tipo de cálculo, se estaria ignorando as “deseconomias externas”. Baseado na idéia de que o desenvolvimento econômico é um processo de transformação e não simplesmente a criação de algo novo que parte do zero, Hirschman argumenta que um processo de industrialização em massa conduzido pelo Estado ou por um truste traria perdas significativas para a velha sociedade e que essas perdas não estariam sendo levadas em conta pelo Estado ou pelo truste (na forma de custos) quando esses refizessem suas projeções de lucro para cima. Dentre essas perdas, além da óbvia falência das indústrias antigas, o autor menciona a ruína do comércio, o aumento da criminalidade e o desemprego, entre outros males sociais.

Outro argumento apresentado por Hirschman contra a centralização do processo de industrialização é o de que ela seria inibidora de inovações, na medida em que o surgimento de uma tecnologia nova, por exemplo, seria responsável pela destruição de pelo menos uma parte das indústrias vigentes. Isso deveria entrar no cálculo da empresa centralizadora como uma deseconomia externa, e a inovação poderia não ser introduzida.

A questão das economias e deseconomias externas, portanto, se resumiria ao fato de as internalizações serem benéficas para alguns setores da sociedade e prejudiciais a outros e o cálculo social final não ser fácil, muito menos claro. Segundo o autor:

“Even aside from the fact that internalization as such cannot overnight increase a country’s ability to act for development, it is unlikely to lead to a general upward revision of the profitability estimates because external diseconomies are necessarily internalized along with economies” (Hirschman, p. 61, 1958).

3.2.4 Desenvolvimento Não-Equilibrado como Estratégia Correta

Feita a crítica da doutrina do desenvolvimento equilibrado, o passo seguinte de Hirschman é mostrar as vantagens do desenvolvimento não-equilibrado como mecanismo que favorece o aparecimento da capacidade de se tomar decisões de investimento nas sociedades subdesenvolvidas. O primeiro argumento usado pelo autor é o de que um processo de desenvolvimento econômico caracterizado pelo desequilíbrio da oferta permitiria, ao mesmo tempo em que pressionaria, as decisões de investimento induzido, dessa forma economizando o elemento escasso das sociedades subdesenvolvidas. A maior diferença em relação à abordagem do desenvolvimento equilibrado seria a importância fundamental dada à pressão derivada do crescimento desigual de diferentes setores da economia. No caso do desenvolvimento equilibrado, as tensões causadas pela falta de complementaridade entre as diferentes indústrias seriam encaradas como empecilhos ao desenvolvimento. A solução do desenvolvimento equilibrado pretenderia, de uma só vez, instalar um parque industrial completo de forma a superar esses empecilhos. Já a idéia do desenvolvimento não-equilibrado seria, exatamente, conservar os desequilíbrios de modo a pressionar a sociedade a tomar suas decisões de investimento, movida pelos lucros anunciados nas novas atividades ou mesmo através de pressão sobre o governo, no caso de atividades em que a iniciativa privada não atuasse. A idéia seria aproveitar o que Hirschman chama de capacidade completiva dos investimentos.

Essa capacidade completiva, por sua vez, seria a responsável pelos investimentos induzidos na economia. Neste caso, o termo “induzido” seria mais amplo do que o seu significado tradicional na economia de estímulo ao investimento pelo crescimento da produção de algum setor diretamente relacionado ou da própria economia como um todo. De acordo com Hirschman, esse tipo de investimento induzido (tradicional) descreveria bem o comportamento do investimento em uma economia desenvolvida. Já para o caso dos países subdesenvolvidos, o investimento induzido englobaria a noção de investimento adicional – que já foi explicado anteriormente -, aquele investimento novo que é beneficiado pela presença de economias externas líquidas – descontadas as deseconomias. O exemplo de investimento induzido em uma economia subdesenvolvida fica a cargo do próprio autor:

“Here an increase in the demand for beer, for exemple, may lead not only to the expansion of existing brewing capacity but, at a certain point, to the start of domestic production of bottles, of barley cultivation, and to a whole chain of similar repercussions” (HIRSCHMAN, p. 70, 1958).

3.2.5 Sequências Eficientes *versus* Critérios de Investimento

Posto que o desenvolvimento não-equilibrado é a estratégia correta a ser adotada pelos países subdesenvolvidos no processo de desenvolvimento econômico, Hirschman passa, então, a se preocupar em encontrar a melhor forma de conduzir tal estratégia. A distinção fundamental que o autor vai fazer é entre dois critérios diferentes de escolha para a execução dos investimentos nos países subdesenvolvidos, quais sejam, “sequências eficientes” e “critério de investimento”. O último, segundo o autor, seria uma construção teórica dos economistas para tratar do problema do investimento nos países subdesenvolvidos, levando em conta a premissa de que neles os incentivos e oportunidades dados pelo livre funcionamento do mercado levariam, invariavelmente, a uma má alocação dos recursos. O critério de escolha dos investimentos nesses países deveria seguir, segundo esses economistas, uma lógica similar à do custo-benefício, na qual o benefício do investimento poderia ser encarado como uma contribuição direta para o produto e o instrumento de medida seria algo como uma “produtividade marginal social”. Um refinamento desse “critério de investimento” seria a incorporação de outros aspectos no cálculo da “produtividade marginal social” de um empreendimento, tais como: efeitos sobre a oferta de poupança, hábitos de consumo e outros fatores que influenciariam o crescimento futuro.¹²

Hirschman, no entanto, não se satisfaz com o “critério de investimento” para basear o desenvolvimento não-equilibrado e vai construir seu próprio critério de escolha para investimentos em países subdesenvolvidos. De acordo com ele, o processo de desenvolvimento requereria um grande número de investimentos que seriam limitados por algum tipo de restrição de fundos para investimentos ou mesmo pela incapacidade de coordenação de muitos projetos simultaneamente. O critério de escolha dos investimentos a serem postos, efetivamente, em prática deveria seguir, portanto, a seguinte lógica. Em

¹² Hirschman cita os seguintes autores, e suas respectivas obras, como elaboradores do “critério de investimento”: Kahn (1951), Chenery (1953), Ahumada (1955) e Leibenstein ([1957]), principalmente o capítulo 15. Este último trabalho seria o responsável pelo refinamento do conceito de “critério de investimento”.

primeiro lugar escolher-se-ia entre os investimentos substitutos em cada setor - por exemplo, a melhor maneira (técnica) de abastecer uma cidade de água, de energia e etc - e para tal tarefa os critérios usuais de seleção de investimentos seriam os apropriados. O segundo passo seria escolher a melhor seqüência de execução dos investimentos. Dado que não houvesse mais escolhas a serem feitas entre investimentos substitutos e que todos os investimentos devessem ser realizados, porém ainda com as restrições, o problema passaria a ser determinar quais investimentos poderiam ser adiados em benefício de outros. O critério de seleção, dessa vez, seria a pressão que a implementação de um determinado projeto A imprimiria sobre a implementação do projeto B; quanto maior essa pressão, mais desejável seria a seqüência de investimento. Ou seja, uma seqüência de projetos seria tão mais desejável quanto mais ela proporcionasse o aparecimento de investimentos induzidos, quanto mais desequilíbrio ela promovesse.

A questão, portanto, não seria determinar qual projeto deveria ser posto em prática (A ou B), não se trataria de uma comparação entre custos e benefícios de dois projetos (“critério de investimento”); tratar-se-ia de uma comparação entre diferentes “seqüências de projetos” (AB ou BA), qual seqüência geraria o maior desequilíbrio e levaria, portanto, à criação de investimentos induzidos. Esse seria o legítimo problema das economias subdesenvolvidas, já que, como foi descrito anteriormente, o fator escasso presente nelas seria a capacidade de se tomar as decisões de investimento. Sendo assim, a questão da comparação entre as rentabilidades dos projetos A e B se tornaria uma falsa questão em um processo de desenvolvimento.

Uma forma mais objetiva para medir a seqüência de projetos ótima é apresentada pelo autor. Hirschman aponta através de um exemplo que a seqüência ótima de quatro projetos (A, B, C e D) a ser realizada seria aquela em que as transições entre os projetos – de modo que todos fossem realizados - minimizassem o uso de um recurso limitado, que poderia ser tanto o fomento de decisões quanto a capacidade de organização, ou até mesmo o tempo. Esse tipo de critério poderia dar margem ao aparecimento de resultados estranhos à teoria econômica tradicional quando, por exemplo, se adotasse uma seqüência minimizadora de tempo em que o primeiro projeto a ser executado fosse o de menor rendimento. Isso ocorreria justamente porque a teoria tradicional suporia que os rendimentos dos diferentes projetos fossem invariáveis à ordem na qual fossem executados. No caso dos países subdesenvolvidos, a ordem dos projetos poderia mudar, sim, seus rendimentos e, conseqüentemente, não poderia ser ignorada.

Uma das discussões relevantes no processo de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, de acordo com Hirschman, se daria sobre a seqüência ótima dos investimentos em infra-estrutura e estrutura produtiva a ser adotada. Por infra-estrutura compreender-se-ia- os serviços básicos necessários às atividades primária, secundária e terciária. Seus exemplos cabais seriam energia e transportes e suas características básicas seriam a indivisibilidade técnica e uma alta razão capital-produto. A questão seria saber se a melhor seqüência para o desenvolvimento se daria através da escassez ou da capacidade excessiva de infra-estrutura, ou seja, se ela acompanharia ou lideraria a formação da estrutura produtiva do país.

Sem dúvida, a maneira a qual deveriam ser implantadas a infra-estrutura e a estrutura produtiva, para que se minimizassem os custos totais da economia e se economizassem os recursos do país, seria a simultânea. No entanto, não seriam os recursos do país os fatores escassos nas economias subdesenvolvidas e sim capacidade de tomar decisões. Dessa forma, dever-se-ia ter em mente o critério de seleção de seqüência de projetos exposto anteriormente e teria que se levar em conta que a infra-estrutura e a estrutura produtiva não poderiam se expandir simultaneamente; sendo assim, a seqüência preferida deveria ser aquela que maximizasse o fomento de decisões induzidas – e, conseqüentemente, economizasse o fator escasso. Segundo Hirschman, tanto o desenvolvimento via escassez de infra-estrutura quanto via capacidade excessiva seriam factíveis já que exerceriam pressões e, portanto, investimentos induzidos. A escolha entre um e outro dependeria da relação de forças entre a motivação empreendedora privada – no caso de capacidade excessiva de infra-estrutura - e a reação das autoridades responsáveis pela instalação de infra-estrutura à pressão pública – no caso de escassez. Seria condição necessária, portanto, que a sociedade dos países subdesenvolvidos respondesse aos estímulos desenvolvimentistas, caso contrário, como diz o próprio autor:

“...our task would be impossible if we had to assume complete lack of response to the development stimuli. Such behavior is best explained as a temporary victory of those forces which are opposed to paying the price of development – from their point of view such behavior is of course entirely rational” (HIRSCHMAN, p. 97, 1958).

3.2.6 Encadeamentos para Trás e para Frente

Outra discussão muito frequente no debate acerca do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos se daria sobre a seqüência de investimentos a ser feita dentro da própria estrutura produtiva, segundo o autor. Tal discussão abre espaço, finalmente, para a introdução dos conceitos de “encadeamentos para frente e para trás” (*backward and forward linkages*). De acordo com Hirschman, a análise da seqüência de investimentos a ser feita em estrutura produtiva nos países subdesenvolvidos guardaria estrita analogia com a análise feita anteriormente entre infra-estrutura e estrutura produtiva; o critério de seleção seria o mesmo, qual seja, a seqüência que promovesse o maior desequilíbrio, proporcionando o aparecimento de investimentos induzidos.

Existiriam duas possibilidades de desenvolvimento para a estrutura produtiva, a saber: o derivado dos efeitos dos “encadeamentos para trás” e o derivado dos efeitos dos “encadeamentos para frente”. A primeira se refere à pressão exercida pela demanda de atividades econômicas não-primárias por insumos, que induziria a formação de indústrias fornecedoras desses insumos. A segunda se refere à possibilidade que a implementação de atividades que não atendessem exclusivamente à procura final ofereceria ao aparecimento de novas atividades que usassem os produtos como insumos em sua produção.

No que diz respeito ao “encadeamento para frente”, teríamos que levar em conta tanto a importância das indústrias criadas – medida pela sua produção líquida – quanto a força com que elas fossem criadas – medida pela probabilidade delas serem, efetivamente criadas – para mensurarmos seu efeito. Hirschman propõe que esses dois aspectos combinados sejam diretamente proporcionais ao efeito do encadeamento. Já no que se refere ao “encadeamento para trás”, seria preciso ter em mente, para mensurarmos seu efeito, a necessidade de insumos da firma e a capacidade econômica mínima para as firmas fornecedoras se mantivessem e concorressem no mercado internacional. O primeiro aspecto se relacionaria diretamente com o efeito do encadeamento para trás, enquanto que o segundo aspecto se relacionaria inversamente com o mesmo efeito.

É claro, segundo o autor, que o efeito dos encadeamentos seriam cumulativos, no sentido de que a instalação de uma certa indústria A possibilitaria o aparecimento de algumas indústrias, mas a instalação da indústria B logo depois da indústria A possibilitaria o aparecimento de outras indústrias que A e B isoladamente não possibilitariam. Ou seja, o efeito de encadeamento de duas indústrias juntas seria maior do que seus efeitos individuais

somados, e isso explicaria a aceleração de um processo de crescimento industrial em países subdesenvolvidos.

A fim de medir, efetivamente, a interdependência e a força de encadeamento entre os vários setores de atividade de um país, Hirschman apresenta dados de compra e venda entre setores na Itália, Japão e Estados Unidos.¹³ A conclusão que se chega é a de que a indústria de ferro e aço é a que apresenta o maior efeito de encadeamento na economia – somando-se encadeamentos para frente e para trás. O autor, no entanto, salienta que a leitura de tais dados seria apenas um exercício mental e que, obviamente, não seria possível iniciar um processo de desenvolvimento econômico pela indústria de ferro e aço em todos os países subdesenvolvidos. Muito mais útil seria observar a estrutura econômica desses países e tentar entender como, de fato, poderiam surgir os encadeamentos.

A primeira constatação que Hirschman faz ao lançar seu olhar para os países subdesenvolvidos é a de que neles a interdependência e os encadeamentos seriam tipicamente muito fracos. Uma das explicações que o autor dá para esse fato é a de que a agricultura – atividade predominante dos países subdesenvolvidos - teria um poder de encadeamento muito baixo, tanto para frente quanto para trás. Ao olhar para a indústria dos países subdesenvolvidos, o autor constata a predominância de atividades de toque final, ou seja, de indústrias que transformam os produtos primários nacionais ou importados em bens finais, ou de indústrias que transformam semi-manufaturados importados em produtos finais. O tipo de encadeamento presente nesse tipo de economia seria, logicamente, o encadeamento para trás, com as indústrias de toque final proporcionando o aparecimento de indústrias fornecedoras de insumos.

Considerando a importância dos encadeamentos para trás nas economias subdesenvolvidas, Hirschman apresenta um processo de formação de capital baseado neles. A idéia apresentada pelo autor é a de que a demanda das indústrias nacionais de toque final, na medida em que crescesse, viabilizaria o aparecimento de indústrias fornecedoras de insumos. Seria necessário, no entanto, que a demanda fosse suficientemente grande para que as novas indústrias nacionais provedoras dos insumos conseguissem se estabelecer e competir com os antigos fornecedores internacionais. Seguindo esse padrão continuamente, sempre que um setor da economia atingisse um certo nível de demanda que possibilitasse a implementação de indústrias fornecedoras com uma escala mínima, favoreceria a formação de capital nacional.

¹³ Hirschman se refere ao trabalho de Chenery e Watnabe (1956), que seria publicado na *Econometrica* em 1958.

É importante notar que os investimentos não seriam necessariamente empreendidos, o importante ainda seria a idéia de pressionar a tomada de decisão de investimento.

O problema apontado por Hirschman para esse tipo de processo de acumulação de capital residiria na resistência do próprio industrial nacional em substituir seu fornecedor estrangeiro pelo nacional. As razões do industrial seriam o temor pela qualidade do produto novo, a dependência de sua produção de um único fornecedor, o perigo da competição nacional ser estimulada pela instalação de um fornecedor interno e a possibilidade de sua tecnologia não ser adequada ao novo fornecedor.

Essa resistência seria uma das razões para o autor não acreditar que esse tipo de desenvolvimento econômico fosse o mais adequado. A proposta ótima de Hirschman seria a de implementação de indústrias que, ao mesmo tempo em que fossem produtoras de bens finais, fossem fornecedoras de insumos. Dessa forma seria possível combinar encadeamentos para frente e para trás – e não ficar refém dos encadeamentos para trás -, criando uma forte interdependência entre as diferentes indústrias, de forma que o crescimento de uma impulsionasse o crescimento da outra e vice-versa.

3.3 Conclusão

Está, portanto, apresentado o famoso conceito de “encadeamentos para frente e para trás” de Hirschman. Como já foi dito anteriormente, deve-se ter em mente que o conceito é fruto de uma pesquisa teórica do autor acerca dos países subdesenvolvidos e sua estratégia de desenvolvimento. É importante notar que tal conceito está inserido em um arcabouço teórico no qual Hirschman separa analiticamente o conjunto dos países subdesenvolvidos dos desenvolvidos. Tal separação implica a rejeição da idéia de equilíbrio geral da teoria econômica tradicional para explicar o processo de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos e a conseqüente construção de uma nova teoria.

Essa nova teoria está baseada no diagnóstico do subdesenvolvimento proposto pelo autor, qual seja, a incapacidade de se tomar decisões de investimento, nas sociedades subdesenvolvidas, que levassem ao desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico. A partir desse diagnóstico, Hirschman foi à procura de mecanismos que fizessem com que aparecesse, nessas sociedades, exatamente, a capacidade de tomada de decisões de investimento. A conclusão da busca do autor são, justamente, os mecanismos de pressão. Eles

estariam presentes, nessas sociedades, nos gargalos da economia e nos excessos de oferta e de demanda, situações que, à primeira vista, pareceriam obstáculos ao desenvolvimento econômico mas que se revelariam verdadeiros promotores desse desenvolvimento. Ao desmascarar essa racionalidade oculta, então, Hirschman consegue visualizar os encadeamentos para frente e para trás como mecanismos de pressão à realização de investimentos propulsores do desenvolvimento econômico. Essa seria, portanto, a maneira adequada de se interpretar o conceito de “encadeamentos para frente e para trás”, e este capítulo prestou-se justamente a construir o caminho que levasse a essa interpretação.

Outro autor que, assim como Hirschman, pensou a questão do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, tendo como caso particular o dos países latino americanos, foi Raúl Prebisch. O capítulo seguinte pretende apresentar as principais idéias do autor sobre o tema.

4 RAÚL PREBISCH E O PENSAMENTO ORIGINAL LATINO-AMERICANO

4.1 Introdução

Raúl Prebisch nasceu em 1901 em Tucuman, Argentina, e cursou o ensino superior na Universidade de Buenos Aires. Dentre seus principais cargos como profissional ligado à equipe econômica do governo argentino está uma passagem pelo Sub-Secretariado das Finanças, entre 1930 e 1932, e outra pelo Banco Central, na mesma década. Entre 1948 e 1962, Prebisch ocupou o posto de Secretário Executivo da CEPAL. No período entre sua saída do Banco Central da Argentina e seu ingresso na CEPAL, Prebisch pôde dedicar-se à pesquisa acadêmica e à investigação teórica dos problemas com os quais havia lidado quando trabalhara na administração pública. Tendo uma formação econômica predominantemente neoclássica e fortemente influenciada pelas idéias keynesianas, Prebisch passou a estudar o desenvolvimento econômico dos países da América Latina sem que, no entanto, suas idéias ficassem limitadas a esse arcabouço teórico.¹⁴ A partir de seu ingresso na CEPAL, então, Prebisch passou a ter posição de destaque como fundador e principal expoente da escola de pensamento econômico latino-americana. Suas idéias e seu trabalho na CEPAL, em conjunto com outros economistas da América Latina, tiveram grande influência na economia dos países da região, nas décadas seguintes, principalmente no referente às suas políticas de industrialização.

Nesse período, a CEPAL e, conseqüentemente, o trabalho de Prebisch estiveram intimamente ligados ao trabalho dos outros teóricos do desenvolvimento apresentados nos capítulos anteriores, qual seja, a reorganização do mundo pós Segunda Guerra. Institucionalmente ligada à ONU, a CEPAL era o espaço de discussão de idéias e de formulação de políticas de desenvolvimento econômico para a região. Dentre essas idéias, a fundamental, e que dava suporte teórico a todas as outras, era a da divisão dos países do mundo em dois tipos: 1) países centrais, industrializados e hegemônicos; e 2) países periféricos, agrícolas e dependentes.¹⁵ Tendo como arcabouço teórico essa divisão, um conceito que ficou muito famoso foi o da deterioração dos termos de troca entre os países periféricos e centrais. Esse conceito foi apresentado no clássico texto de Prebisch “O

¹⁴ Sobre a formação econômica de Prebisch e sua influência no seu pensamento, ver Love (1996) e Prebisch (1984).

¹⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre as idéias da CEPAL, veja Love (1996).

Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas” que é, ainda hoje, motivo de debate nos círculos acadêmicos por seu caráter contestador, pioneiro e seminal do pensamento cepalino. A tese da deterioração dos termos de troca através do comércio internacional entre países periféricos e centrais, que será apresentada detalhadamente na continuação deste capítulo, suscita controvérsias acerca de sua própria legitimidade teórica, bem como do caráter contestador do pensamento de Prebisch e da CEPAL em relação à teoria econômica tradicional, mais precisamente no que se refere aos clássicos benefícios da divisão internacional do trabalho.

O objetivo deste capítulo, que aqui se apresenta, é, portanto, inserir o texto de Prebisch (1949) no contexto das teorias do desenvolvimento econômico e, dessa forma, mostrar como o autor explica o desenvolvimento econômico da América Latina. O desenvolvimento econômico ao qual me refiro deve ser encarado como o processo de industrialização que se estendeu pelos países subdesenvolvidos durante as décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970. Prebisch propõe a industrialização como única solução para a superação do subdesenvolvimento.¹⁶ Partindo daí, passa a analisar as possibilidades de execução de tal projeto face à conjuntura econômica internacional da época e se valendo de argumentos históricos, levantando, inevitavelmente, questões de grande importância para o desenvolvimento econômico, tais como: poupança, investimento, acumulação de capital, excesso de mão-de-obra, inflação e, obviamente, o próprio comércio internacional. Todos esses temas estão presentes nas teorias do desenvolvimento econômico analisadas até agora e pretende-se analisá-los, também, neste capítulo, no texto de Prebisch.

4.2 O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas

4.2.1 Apresentação

Na introdução de seu trabalho, Prebisch faz um resumo de todos os pontos a serem abordados para, depois, de forma minuciosa, analisá-los um a um; e este capítulo seguirá a mesma estrutura. Logo de início, é feita a constatação que, de fato, daria a motivação para o

¹⁶ Para um estudo do discurso de Prebisch sobre o desenvolvimento econômico da América Latina, veja Bianchi (1996).

desenvolvimento das idéias acerca do processo de industrialização da América Latina. Já na primeira linha, o autor diz que:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo sistema da divisão internacional do trabalho...Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais...Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial. (PREBISCH 1949/2000, p. 71).

Nessa citação está explícita a visão que Prebisch tem da economia mundial, qual seja, de uma clara separação entre países centrais e países periféricos participando de uma única economia inter-relacionada. O autor vai chamar a atenção para o fato de que os países periféricos estariam se industrializando e, assim, indo contra a doutrina/modelo da divisão internacional do trabalho da teoria econômica tradicional. Parece bem razoável, então, supor que ele considera essa doutrina/modelo, no mínimo, inapropriada para explicar o processo de industrialização dos países da América Latina.

Prebisch, entretanto, faz questão de frisar em seu texto que não discorda da validade teórica da teoria econômica tradicional,¹⁷ ele aceita a idéia dos benefícios advindos da divisão internacional do trabalho. Segundo essa teoria, o fruto do progresso técnico tende a se espalhar por todos os países participantes do comércio internacional, seja sob a forma de redução dos preços dos produtos, seja pelo aumento da renda dos trabalhadores e/ou empresários. O problema em aplicar essa teoria para o caso dos países da periferia seria, justamente, considerá-los como iguais aos do centro. A suposta desigualdade entre países centrais e periféricos – que será qualificada ao longo do texto –, comprovada pelos fatos históricos e conjunturais apontados no texto, seria responsável por desmentir uma premissa básica do esquema de divisão internacional do trabalho. De acordo com o autor, essa teoria funcionaria muito bem entre os países centrais, porém, ao incluirmos os países periféricos na divisão internacional do trabalho, o que se percebe é que os benefícios dessa divisão e os ganhos de produtividade oriundas dela não chegariam aos últimos. Esse fato poderia ser

¹⁷ Ao se referir à teoria econômica tradicional, Prebisch não cita nenhum autor ou trabalho representativo dessa linha de pensamento. Infere-se, portanto, baseado na data de publicação de seu trabalho, que ele está se referindo aos modelos de comércio internacional, mais especificamente à tese da equalização dos preços dos fatores de produção, apresentados formalmente, à época, por Samuelson (1948; 1949).

comprovado, simplesmente, pela constatação da diferença nos padrões de vida das massas desses dois tipos de países. A solução, então, encontrada pelo autor, para o caso dos países periféricos, seria a industrialização, como forma de captar os frutos do progresso técnico e, dessa forma, aumentar o padrão de vida das massas.

Após chamar a atenção para a necessidade de se abordar os problemas da industrialização latino-americana sob a ótica local, sem dispensar o aparato teórico econômico tradicional, o autor passa a nos apresentar alguns desses problemas. O primeiro deles diz respeito à escassez de dólares, de divisas. Segundo Prebisch, o processo de industrialização da América Latina necessitaria de importações de bens de capital, principalmente vindas dos Estados Unidos. A maneira pela qual os países latino-americanos conseguiriam dólares para pagar essas importações seria através da exportação de produtos primários exatamente para os Estados Unidos. Seria necessário, então, aumentar a produtividade dos produtos de exportação e, ao mesmo tempo, contar com o crescimento do coeficiente de importações dos Estados Unidos. Nesse aspecto o comércio exterior seria fundamental para os países periféricos, na medida em que contribuiria para o aumento de produtividade dos seus produtos de exportação, o que traria mais dólares para importar bens de capital fundamentais ao processo de industrialização. É importante notar que Prebisch qualifica as exportações de produtos primários como um meio para se obter recursos para a industrialização e conseqüente desenvolvimento dos países, não como motor desse desenvolvimento. Salienta, também, a importância dos Estados Unidos reduzirem ao máximo o desemprego em sua economia a fim de aumentar o coeficiente de suas importações.

Da mesma forma que as importações de bens de capital, Prebisch identifica os investimentos estrangeiros como fundamentais à industrialização. Mais do que isso, o problema relacionado aos investimentos estrangeiros estaria na mesma raiz do problema das importações de capital, como já foi dito, a escassez de dólares. Isso porque o serviço desses empréstimos teria de ser pagos com moeda estrangeira, na maior parte dos casos justamente em dólar. A sugestão do autor seria a de que se direcionassem os investimentos estrangeiros para atividades produtivas que reduzissem as importações dos países periféricos e, dessa forma, liberassem dólares para o pagamento dos serviços financeiros. Antes de mudar de foco, Prebisch, ainda que de passagem, chama a atenção para a necessidade de se redefinir as regras do sistema financeiro internacional, a fim de que se promovesse o desenvolvimento econômico nos países da periferia.

Isso não significa, entretanto, que Prebisch não acreditasse na boa política monetária ortodoxa. Segundo ele, os países latino-americanos, ao não seguirem à risca essa política e

aumentarem demasiadamente o meio circulante em suas economias, levaram a inflação ao extremo. A consequência dessa inflação, levando-se em conta também o elevado nível de emprego que ela provoca, foi uma redistribuição de renda que aumentou as importações e pressionou a balança de pagamentos dos países periféricos, sem que se tivesse sido atendida a demanda de bens de capital necessária ao desenvolvimento econômico. Mais uma vez, portanto, tem-se o problema da escassez de dólares entrando em cena. O autor salienta ainda que, apesar de não haver dúvida quanto à insuficiência da poupança espontânea dos países periféricos para o processo de capitalização, o artifício da inflação como promotor dessa formação de capital seria bem incerto. Isso porque certas modalidades de consumo de bens importados, estimuladas pela inflação, tenderiam a tomar o lugar da importação dos bens de capital; e aí está clara a crítica do autor à importação de supérfluos.

Essa crítica está direcionada, diretamente, aos setores da coletividade, excluindo-se as massas trabalhadoras, que tentam imitar o estilo de vida e o padrão de consumo dos países centrais. Seria justamente a poupança desses setores da coletividade que, juntamente com os investimentos estrangeiros, deveria conduzir a um primeiro esforço de capitalização que aumentasse a produtividade do trabalho. Esse aumento de produtividade se daria, por sua vez, em um primeiro momento, com a transferência da mão-de-obra redundante na produção primária, dos sub-empregados urbanos e da mão-de-obra feminina para as novas indústrias. O capital investido nessas novas indústrias teria que obedecer a um critério de eficácia bem rigoroso, segundo Prebisch. Isso porque ele tinha em mente um processo de industrialização para a América Latina que aumentasse o bem-estar geral das massas, de forma eficiente, e não simplesmente substituísse as importações dos países centrais, visando a auto-suficiência a qualquer custo. Uma industrialização eficiente teria limites, segundo o autor; um desses limites seria atingido quando a produção industrial passasse a ser menos produtiva do que a primária; outro seria quando a indústria local repetisse a produção estrangeira, mais eficiente. Essa questão será aprofundada ao longo do capítulo.

Por fim, sempre com o objetivo de obter um aumento da renda das massas, Prebisch enuncia o último tema a ser tratado em seu texto. Ele defende a adoção de políticas anticíclicas para conter a propagação dos períodos de crise dos países centrais para os países periféricos. O intuito seria não comprometer a formação de capital nos países da periferia quando suas receitas provenientes do exterior rareassem.

Antes de dar início à investigação sistemática dos problemas relativos à industrialização da América Latina, apenas esboçados até o momento, Prebisch retoma a questão da ótica pela qual deveria ser feita essa investigação fazendo uma observação

importantíssima, que sintetiza sua concepção de ciência econômica e explica muito do seu esforço de trabalho junto à CEPAL. Em suas próprias palavras,

São bem conhecidas as dificuldades que se opõem a uma tarefa dessa natureza na América Latina. Talvez a principal delas seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos concretos latino americanos. Por uma série de razões, não se consegue suprir a carência deles com a formação metódica de um número adequado de jovens de alta qualificação intelectual. Enviá-los às grandes universidades da Europa e dos Estados Unidos já representa um progresso considerável, mas não o suficiente, pois uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade.

Difícilmente se poderia pretender, na verdade, que os economistas dos grandes países, empenhados em gravíssimos problemas próprios, viessem a dedicar a sua atenção preferencialmente ao estudo dos nossos. Compete primordialmente aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se viermos a explicá-la racionalmente e com objetividade científica é que será possível obtermos fórmulas eficazes de ação prática.

Nem por isso se deve entender, todavia, que esse propósito seja movido por um particularismo excludente. Pelo contrário, só será possível realizá-lo mediante um sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países, com sua difusão de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento ponderado do que é do outro com uma submissão mental às idéias alheias, submissão esta de que estamos muito lentamente aprendendo a nos livrar. (PREBISCH, 2000, p. 80).

4.2.2 Deterioração dos Termos de Troca

Prebisch passa, então, a analisar de forma minuciosa as conseqüências do progresso técnico para os países da periferia. A primeira constatação feita por ele é a de que o progresso técnico parece ter operado de forma mais acentuada nos países centrais do que nos periféricos, e essa afirmação está baseada em um relatório da ONU (1949) sobre as relações de preços, entre 1876 e 1947. De acordo com os clássicos benefícios da divisão internacional do trabalho, isso implicaria uma diminuição dos preços dos bens industrializados em relação aos bens primários, de modo a distribuir os frutos desse progresso técnico entre todos os

participantes do comércio internacional; e se assim fosse, a industrialização dos países periféricos acarretaria uma ineficiência produtiva para eles. No entanto, argumenta Prebisch apoiado em dados do mesmo relatório da ONU (1949) supracitado, o movimento foi o contrário; ou seja, os preços dos produtos industrializados aumentaram em relação aos dos produtos primários, no período citado.

A explicação dada por Prebisch para tal fenômeno é a de que, em primeiro lugar, os preços, de um modo geral, não baixaram de acordo com o progresso técnico; e isso significa que os ganhos de produtividade foram apropriados pelos empresários e pelos fatores produtivos através da elevação de suas respectivas rendas. Em segundo lugar, esse crescimento de renda foi maior nos países centrais do que nos países periféricos, proporcionalmente aos seus respectivos aumentos de produtividade. Conseqüentemente, os países centrais conseguiram preservar seus ganhos de produtividade, através do aumento de sua renda, e ainda conseguiram captar os ganhos de produtividade dos países periféricos.

O mecanismo de perpetuação do movimento de queda nos termos de troca entre os países periféricos e os países centrais – em prejuízo dos primeiros – e o conseqüente maior aumento da renda média por trabalhador nos últimos teria, segundo o autor, como motor central os ciclos econômicos. Esses ciclos refletiriam os excessos de demanda (na fase ascendente) e de oferta (na fase descendente) da produção nos países centrais e se propagariam para os países periféricos da seguinte maneira: o excesso de demanda por produtos industriais finais, nos países centrais, estimularia um aumento de seus preços e, conseqüentemente, um aumento do lucro dos empresários. Esse lucro, por sua vez, seria transferido para os países periféricos mediante aumento da demanda e dos preços dos produtos primários, que superaria o próprio aumento de preço dos produtos finais. Entretanto, na fase descendente do ciclo, quando a oferta de produtos industriais finais fosse maior do que sua demanda, nos países centrais, ocorreria exatamente o contrário e os preços primários cairiam mais do que os preços finais. Esse movimento se reproduziria de maneira que os preços finais iriam se distanciando constantemente dos preços primários – em detrimento destes - através dos ciclos.

O motivo, apresentado por Prebisch, da ocorrência desse fenômeno é que, na fase ascendente do ciclo, parte os lucros dos empresários dos países centrais se transformaria em aumento salarial de seus trabalhadores. Já na fase descendente, esses salários conseguiriam se manter no mesmo nível da fase ascendente, e assim também se sucederia com os lucros. Essa capacidade de manutenção de renda dos trabalhadores dos países centrais só se daria, neste esquema, porque eles estariam organizados e conseguiriam sustentar o preço de sua mão-de-

obra, através de seu monopólio. Os empresários também conseguiriam manter seus lucros pois seriam monopolistas dos produtos industriais finais. A consequência desse controle de preços, nos países centrais, seria a contração da renda na periferia sob forma de salários e/ou lucros. Isso porque nos países periféricos tal controle de preços não ocorreria, já que as massas trabalhadoras seriam desorganizadas e os produtores incapazes de manter seus preços no mercado internacional.

4.2.3 Desequilíbrio Internacional

A investigação de Prebisch toma, então, um caráter de análise histórica e volta-se, especificamente, para os Estados Unidos; isso porque o autor considera este país o principal centro cíclico do mundo e, logicamente, seria através de seu estudo que se poderia entender os efeitos econômicos dos seus ciclos sobre a América Latina. O primeiro ponto ressaltado pelo autor, e que já foi citado anteriormente, é que os aumentos de produtividade, nos Estados Unidos, nas quatro décadas anteriores à Segunda Guerra Mundial, não se traduziram em queda de preços e sim em aumento da renda, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários. É importante notar, ainda, que os ganhos de renda gerados pelo aumento da produtividade em alguns setores da economia norte americana se difundiram por toda ela, até mesmo pelos setores mais atrasados. Esse fato deveria ser considerado ao se analisar o processo de industrialização da América Latina; um gradativo aumento da produtividade dos novos setores industriais poderia gerar um aumento de renda em todos os setores da economia, inclusive na produção primária, através da elevação dos salários. Essa seria uma forma da América Latina se apropriar das vantagens do progresso técnico

Por outro lado, a teoria clássica do comércio internacional diz que a especialização na produção - de produtos primários, no caso - faria com que a América Latina se apropriasse dos frutos do progresso técnico, se não pela queda dos preços dos produtos finais, pelo aumento da renda nos países periféricos. Esse aumento de renda, como já foi visto, aconteceu, de fato, nos países centrais, mas não nos países da América Latina. Poderia ter acontecido se houvesse plena mobilidade de fatores entre os países, mas não foi isso o que aconteceu. Os trabalhadores dos países periféricos não tiveram acesso ao mercado de trabalho dos países centrais, que mantiveram o privilégio do alto nível de renda e de padrão de vida, conseguido através do aumento da produtividade do trabalho.

Além da não mobilidade dos fatores de produção, a economia dos Estados Unidos foi responsável por um outro desvio das regras do comércio internacional, qual seja, o protecionismo. Dado que os salários aumentaram homogeneamente por toda a economia norte-americana, devido ao aumento da produtividade, e que nem todos os setores tiveram aumento efetivo de produtividade, algumas indústrias passaram a não ser competitivas no mercado internacional. A solução encontrada para contornar esse fato foi a proteção desses setores, o que acarretou uma queda nas importações norte-americanas e o fortalecimento da indústria local e acabou contribuindo para a constituição da poderosa unidade econômica dos EUA.

Essa situação criou, segundo o autor, um desequilíbrio na economia internacional, mais precisamente nas relações dos EUA com a América Latina. Uma vez que os países da América Latina estavam se industrializando e o coeficiente de importações dos EUA estava declinando, criar-se-ia o problema da escassez de dólares no mercado internacional. Isso porque a demanda de bens de capital para a industrialização da América Latina procurava ser atendida em sua maior parte nos EUA, ao mesmo tempo em que crescia também a demanda pelos novos produtos finais, motivada pela contínua modernização destes – que criava novas necessidades de consumo - e pela sua propaganda. Na medida em que os países da América Latina fossem se industrializando e, conseqüentemente, fossem aumentando sua renda, a demanda por importações cresceria e o problema da escassez de dólares tenderia a se agravar.

4.2.4 A Escassez de Dólares

Para investigar o problema da escassez de dólares e suas repercussões na América Latina, Prebisch se remete, mais uma vez, ao passado e à escassez de dólares dos anos 1930. Segundo dados apresentados pelo autor, os EUA vieram acumulando ouro, constantemente, desde antes da primeira guerra mundial. A crise de 1929 e a conseqüente queda da renda norte-americana agravaram ainda mais a escassez de dólares ao atrair mais ouro para os EUA, por causa da queda no coeficiente de importações deste país. Com a recuperação da economia norte-americana, a partir de 1933, o que se esperava era um movimento de expulsão de ouro dos EUA; no entanto, não foi isso o que aconteceu. Os EUA baixaram, de novo, seu coeficiente de importações e passaram a acumular mais ouro ainda em suas reservas. Levando-se em conta, também, que a renda dos EUA cresceu menos do que a renda mundial

no período de recuperação da economia, percebe-se a magnitude do efeito de atração do ouro para esse país.

A reação dos outros países, incluindo os da América Latina, a essa escassez de dólares foi a queda de seus próprios coeficientes de importação. Caso contrário, não teria sido possível a eles alcançar as taxas de crescimento que, efetivamente, foram alcançadas. No caso específico da América Latina, Prebisch chama a atenção para o mecanismo de desvalorização e controle cambiais adotado pelos países como forma de diminuir o coeficiente de importações. O autor se indaga se a escassez de dólares de então teria sido, realmente, fruto da baixa quota de importações dos EUA ou da inflação vigente nos países latino-americanos. Cita, especificamente, o caso do Brasil e das medidas de controle cambial e discriminatória de importação, recomendadas e formuladas pela Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos. Considera tais medidas como sintomáticas de uma situação desfavorável de balança de pagamentos em toda a América Latina, que ao se perpetuar poderia ter sido extremamente prejudicial aos países.

Uma das alternativas apontadas pelo autor para contornar o problema da escassez de dólares no mercado mundial seria a do comércio multilateral com a Europa. Mesmo assim, segundo Prebisch, seriam necessários dólares para compensar os eventuais excedentes de compras feitas entre os países. Isso nos faz voltar a atenção, de novo, para os EUA e para a busca de uma solução no comércio internacional com esse país. A conclusão chegada pelo autor é a de que unicamente em uma situação de pleno emprego da economia norte-americana, bem como do resto do mundo, o coeficiente de importações dos EUA poderia crescer de tal sorte a oferecer aos países as divisas necessárias ao cumprimento das obrigações do comércio internacional, ao mesmo tempo em que sua demanda (dos EUA) por importações fosse atendida sem pressão inflacionária. Somente dessa forma o ouro não tenderia a se concentrar nos EUA.

Para finalizar a questão da escassez de dólares e suas conseqüências para a América Latina, Prebisch faz, praticamente, um apelo aos EUA, salientando os benefícios de um comércio internacional sem barreiras.

Por conseguinte, se não houvesse uma perturbação na interação espontânea das forças econômicas, num estado de plena e crescente ocupação do centro cíclico principal, estaria aberto o caminho para a solução do problema fundamental que tanto preocupa os países da América Latina e os demais países do mundo. (PREBISCH, 2000, p. 107).

E completa o raciocínio fazendo uma consideração teórica, reforçando a importância do pleno emprego no arcabouço teórico clássico para que se pusessem as condições necessárias para a solução do problema da balança de pagamentos e da movimentação internacional de ouro: “Sem dúvida, para que o remédio clássico possa funcionar, é essencial que as tarifas e os subsídios à exportação não neutralizem progressivamente a influência disso [pleno emprego].” (PREBISCH, 2000, p. 108).

4.2.5 Formação de Capital e Inflação

Encerradas as considerações a respeito da escassez de dólares e de sua importância para o processo de desenvolvimento dos países da América Latina, Prebisch desvia sua atenção para os problemas relacionados à formação de capital nesses países. O primeiro ponto abordado pelo autor é o da relação da produtividade do trabalho com a poupança e, conseqüentemente, com a formação de capital. Diz ele que, nos países da América Latina, a produtividade do trabalho seria baixa porque faltaria capital e faltaria capital porque os níveis de poupança seriam muito baixos. Esses níveis seriam baixos, por sua vez, porque a produtividade do trabalho seria baixa e, assim, fechar-se-ia o círculo vicioso. Uma das maneiras, apontada por Prebisch, de romper com esse ciclo seria através do investimento transitório de capital estrangeiro.

Antes, no entanto, de entrar nas questões relativas ao capital estrangeiro, propriamente ditas, o autor salienta que a poupança dos países da América Latina, além de reduzida, seria incompatível com certos tipos de gastos das classes poupadoras (de alta renda). E que se, por um lado, a desigualdade de renda pudesse ser um fator importante na formação da poupança de um país, por outro seria fundamental que essa poupança tivesse como finalidade o investimento em bens de capital que aumentassem a produtividade do trabalho, gerando mais poupança e, assim, perpetuando o ciclo de desenvolvimento econômico. Sendo assim, entraria em cena a inflação como mecanismo de capitalização forçada e como um artifício válido para a formação de capital, como já foi dito, uma vez que proporcionaria um aumento no emprego da economia.

É interessante notar a convergência das idéias de Prebisch a respeito da poupança, da produtividade do trabalho, do investimento e da acumulação de capital, nos países latino americanos, com as de Lewis e Hirschman para os países subdesenvolvidos, já apresentadas e

comparadas neste trabalho. Prebisch, antes mesmo de Lewis e de Hirschman, identifica o problema da insuficiência de poupança nos países da América Latina para financiar a formação interna de capital. Uma das soluções propostas por Prebisch é a mesma que seria proposta por Lewis para o caso geral dos países subdesenvolvidos, qual seja, a inflação. Outra questão relevante tratada por Prebisch, assim como por Lewis, é a do destino da poupança das classes de alta renda. Lewis endossaria o argumento de Prebisch de que seria fundamental que a poupança dessas classes fosse investida em atividades produtivas, que aumentassem a produtividade do trabalho.

Retomando, então, a argumentação de Prebisch, seria preciso ter cuidado, no entanto, para que a pressão inflacionária não fosse excessiva a ponto de aumentar a quota de importação dos países periféricos e, novamente, levasse a uma situação de escassez de ouro e dólares. Pior do que simplesmente aumentar a quota de importações, Prebisch comprova, através de dados do relatório da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos, que dos lucros extraordinários oriundos da inflação no Brasil, em 1946, apenas 50% teriam sido reinvestidos direta ou indiretamente. Mais uma vez o autor chama a atenção para o fato de que esses lucros, ao ficarem retidos nas mãos das classes de alta renda, teriam sido gastos indevidamente com a importação de bens finais não essenciais, que não concorreriam para o processo de desenvolvimento econômico. Não só os gastos com bens finais supérfluos pelas classes de alta renda seriam um problema conseqüente do processo inflacionário; segundo Prebisch, outro problema crucial operaria na economia com o advento da inflação. Os grupos favorecidos teriam a impressão de ter havido um aumento generalizado da renda e os bens de capital seriam gastos sem que houvesse a devida reposição. Isso, em um futuro próximo, criaria, inevitavelmente, tensões crescentes na economia – e o autor identifica essa como a fase pela qual passavam os países da América Latina – e levaria a uma situação de graves reajustes. Assim, conclui Prebisch, muito cuidado deveria ser tomado ao se adotar políticas inflacionárias como promotoras de poupança coletiva, visto que o preço do bem estar social a ser pago poderia ser alto.

O outro tipo de poupança, como foi anunciado, que poderia ser utilizado pelos países da América Latina seria a estrangeira. Prebisch lembra, no entanto, da inadimplência dos países periféricos para com os países credores nos anos 1930 e argumenta que para que esse tipo de recurso fosse utilizado de maneira adequada seria necessário que os investimentos estrangeiros fossem direcionados para atividades que diminuíssem a quota de importação dos países periféricos, quando não diretamente direcionados para a produção para exportação. Isso enquanto não fosse solucionado o problema do comércio exterior com os EUA, analisado na

seção anterior. Para concluir, Prebisch faz mais uma consideração final em forma de apelo, dessa vez a respeito dos empréstimos internacionais.

Por esse e outros pontos de vista, não pareceria prudente renovar a corrente ativa de investimentos dos anos 1920, sem uma adaptação a um programa que enfrente resolutamente a série de questões concretas que se apresentam nesse caso. A existência de entidades de empréstimos internacionais poderia ser um fator muito eficaz no esboço de um programa semelhante, no qual, com a colaboração de diferentes países, fossem examinados os tipos de investimento mais convenientes ao desenvolvimento econômico da América Latina, mediante sua contribuição para a produtividade do trabalho e para o desenvolvimento da necessária capacidade de reembolso. (PREBISCH, 2000, p. 116).

4.2.6 Limites da Industrialização da América Latina

Na sequência, a investigação de Prebisch acerca da industrialização da América Latina e de seus problemas tem como objeto os próprios limites dessa industrialização. Antes, porém, de explicitá-los, o autor foca sua análise no aumento da produtividade decorrente do processo de industrialização e do progresso técnico. Segundo ele, o crescimento econômico da América Latina dependeria de um aumento da renda per capita que, por sua vez, só poderia ser obtida através do aumento da produtividade ou do aumento da renda por trabalhador na produção primária, dada uma certa produtividade, comparada à renda dos países que importam essa produção.

Tratando diretamente do aumento da produtividade, Prebisch aponta duas formas pelo qual poderia se dar esse fenômeno. A primeira seria pela assimilação de novas técnicas produtivas, que faria com que a mesma produção fosse alcançada com um número menor de trabalhadores e, assim, se liberasse mão-de-obra para aumentar o montante dessa produção. A segunda seria pelo simples deslocamento de mão-de-obra de atividades em que a produtividade fosse baixa para outras em que o progresso técnico pudesse, efetivamente, aumentá-la. O autor cita o caso da agricultura como típico do aumento da produtividade pela assimilação de novas técnicas, que requereriam menos trabalhadores para se atingir a mesma produção. Cita também o caso da baixa produtividade de algumas indústrias e do aumento de produtividade que poderia ser alcançado, também, através da assimilação de novas técnicas, em indústrias já existentes ou até mesmo em novas. Por fim, é dado o exemplo da população

má empregada; muitos trabalhadores estariam empregados em atividades de baixíssima produtividade – basicamente serviços pessoais - e ao serem deslocados para a atividade industrial, de maior produtividade, acabariam por elevar a renda real per capita.

Neste ponto, nota-se, mais uma vez, a convergência das idéias de Prebisch e de Lewis; desta vez em relação à oferta de mão-de-obra, à produtividade do trabalho e à renda real per capita. Ambos os autores identificam a presença, nos países subdesenvolvidos, de trabalhadores empregados em atividades de baixa produtividade (sub-emprego) que ao serem deslocados para a indústria (atividade de alta produtividade) elevariam a renda per capita real desses países. Lewis usa esse argumento na descrição da oferta ilimitada de mão-de-obra presente nas sociedades subdesenvolvidas, o que seria o ponto básico de seu modelo de acumulação de capital.

Prebisch salienta que o aumento de produtividade implicaria, necessariamente, o aumento do capital per capita na economia. Com o aumento da produtividade, aumentar-se-iam os salários e, conseqüentemente, as atividades econômicas precisariam empregar mais capital per capita de modo a conseguir o aumento de produtividade para cobrir esses salários. Essa questão do aumento do capital per capita traz de volta o problema da escassez de dólares no comércio internacional. O autor, mais uma vez, sugere uma mudança na composição das importações dos países periféricos a fim de que se desse prioridade aos bens de capital e, assim, não se interrompesse o processo de industrialização.

Está aberto, pois, o caminho para a análise do primeiro limite da industrialização dos países periféricos. Segundo Prebisch, ao se dar ênfase à importação dos bens de capital em detrimento dos bens finais e deslocar fatores da produção primária para a produção destes, estariam postas as condições para o aparecimento do primeiro limite da industrialização. Seria necessário comparar a quantidade de bens finais produzidos internamente com a quantidade dos mesmos bens que poderiam ser adquiridos em troca da exportação de produtos primários para que se fosse possível avaliar se a industrialização trouxera, de fato, aumento da produtividade e, conseqüentemente, aumento da renda real. O limite da industrialização se daria, portanto, no ponto em que a produtividade da produção primária fosse maior do que a da produção industrial interna. Prebisch chama a atenção também para importância de se concentrar o investimento do capital nas atividades em que se produzisse mais eficazmente e, sendo assim, as atividades ligadas à terra, por necessitarem de menos capital do que as industriais, seriam as legítimas demandantes. Por isso que, mais uma vez, o autor ressalta a importância das exportações de produtos primários para o desenvolvimento econômico da

América Latina e o mal que uma política protecionista dos países compradores poderia trazer a esse desenvolvimento.

O segundo limite da industrialização apontado por Prebisch diz respeito à escala mínima de produção das novas indústrias. De acordo com o autor, indústrias em que operassem muitas empresas de baixa produtividade no mesmo país ou mesmo empresas pequenas que pudessem, eventualmente, unir seus mercados internacionalmente seriam exemplos do fracionamento do mercado, que estabeleceriam outro limite da industrialização. Esse limite seria alcançado quando a produtividade dessas empresas fosse tão baixa que compensaria importar os produtos produzidos por elas. O limite poderia ser superado, segundo Prebisch (2000, p. 122), “...pelo esforço conjunto de países que, por sua situação geográfica e suas modalidades, estariam em condições de realizá-lo com benefícios próprios.”

Por fim, Prebisch se volta para o segundo modo de aumentar a renda real nos países periféricos. Esse aumento, como já foi dito, seria resultante do aumento do salário dos trabalhadores da produção primária em relação ao dos trabalhadores dos países industrializados. Ele só seria possível, segundo o autor, na medida em que houvesse o aumento da produtividade, analisado até o momento, e os salários fossem se elevando em sua decorrência. Seria importante, também, que os países periféricos tivessem a capacidade de defender os preços da produção primária nos períodos descendentes dos ciclos econômicos para que não se perdessem os frutos do progresso técnico, alcançados na fase crescente.

4.2.7 Esboço de Algumas Idéias acerca de Políticas Anticíclicas na América Latina

O último ponto abordado por Prebisch se refere a políticas anticíclicas na América Latina. A justificativa, dada pelo autor, para essa abordagem é a de que o ciclo seria a forma de crescimento da economia capitalista e, embora fosse muito estudado nos países centrais, não tinha sido submetido à análise nos países periféricos. Segundo ele, seria conhecida a posição do governo dos EUA de adotar políticas anticíclicas, principalmente no que se refere ao volume dos investimentos. Os investimentos seriam responsáveis pelas flutuações da economia dos países centrais. Já no caso dos países periféricos, esse papel seria atribuído às exportações, que por sua vez refletiriam as variações de renda dos países centrais. Por isso, seria difícil para os países periféricos influir nas suas exportações da mesma maneira que os

países centrais influem nos seus investimentos e, conseqüentemente, seria necessário um outro tipo de política para atenuar os efeitos da fase descendente do ciclo econômico.

Antes de tratar diretamente das políticas, Prebisch chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento industrial, em si, não tornaria os países periféricos menos vulneráveis às flutuações dos centros cíclicos; a menos que as exportações passassem a representar uma parte pequena da renda desses países. Se fosse esse o caso, esses países deixariam de ser periféricos e suas economias passariam a se comportar como as dos países centrais. A industrialização, pelo contrário, seria responsável por aglutinar e acirrar as tensões sociais decorrentes de uma fase descendente do ciclo econômico mundial na medida em que propiciaria o aparecimento do desemprego urbano e dos conflitos sociais decorrentes dele. No entanto, a industrialização teria, sim, um papel importante do ponto de vista de políticas anticíclicas se pudesse ser, de alguma forma, controlada e planejada.

O primeiro tipo de política anticíclica analisada por Prebisch seria de caráter compensatório. Ou seja, quando o volume das exportações se encontrasse em um nível baixo, típico dos períodos descendentes do ciclo, o governo faria investimentos públicos a fim de sustentar o nível de renda. Esses investimentos seriam financiados por recursos captados pelo governo no período ascendente do ciclo econômico. O autor logo identifica e apresenta alguns problemas relacionados a esse procedimento. O primeiro seria de ordem política, quer dizer, seria irreal pensar que um governo pudesse deixar de investir em algumas das várias oportunidades que se oferecem aos países em desenvolvimento e guardasse esses recursos para um próximo governo. Outros problemas apontados pelo autor seriam o do deslocamento da mão-de-obra das atividades exportadoras – afetadas pela depressão - para os investimentos públicos e o da flexibilidade dos investimentos – ampliação e compressão, de acordo com o ciclo. Esses problemas levariam à procura de outras soluções de caráter anticíclico.

A idéia alternativa proposta por Prebisch é a seguinte: na fase descendente do ciclo, quando as exportações se encontrassem em seu nível mais baixo, seria necessário que se produzissem internamente os produtos outrora importados com os recursos dessa exportação. Mas não todos os produtos, apenas os produtos finais de consumo e as matérias-primas necessárias para produzi-los. Conseqüentemente, teria que haver uma mudança na composição das importações para que fosse atingido o máximo de emprego na economia. Deveriam ser reduzidas as importações de produtos supérfluos, bem como de bens duráveis de consumo e bens de capital. Esses dois últimos poderiam ser adquiridos na fase ascendente do ciclo e ter sua importação adiada na descendente sem prejuízo da produção, graças às suas características de durabilidade. Por outro lado, as importações de produtos e materiais

essenciais para se atingir o nível de emprego em seu máximo deveriam ser mantidas. Quando o ciclo entrasse, novamente, em uma fase ascendente e as exportações voltassem a crescer, os produtos que deixaram de ser importados voltariam a sê-lo, estimulado pela demanda interna, sem que houvesse perturbação no nível de emprego da economia. É importante notar que essa política não acarretaria uma diminuição no montante de bens importados, apenas uma mudança de sua composição.

No entanto, para que fosse feita esta mudança, e para que houvesse a substituição das importações pela produção interna, seria necessário um aumento das tarifas alfandegárias dos produtos que passassem a ser produzidos internamente, de custo mais elevado. Isso implicaria uma perda de renda real que, no entanto, ao se comparar com a perda de renda gerada pelo desemprego, seria vantajosa. Também seria necessário que se diminuísse a importação dos bens de consumo corrente em prol da importação dos bens de capital, o que encareceria os bens de consumo. Para contornar esse problema, Prebisch sugere a cooperação internacional através de empréstimos para a importação de bens de capital. Finalmente, como já foi citado em outra passagem, seria necessário um deslocamento dos fatores de produção; o que poderia ser bem executado graças ao aumento da população em idade produtiva e ao aproveitamento da parte da população mal empregada.

Outras questões relacionadas com a política anticíclica baseada na substituição das importações pela produção interna são abordadas por Prebisch. Uma delas se refere à possibilidade de se adotar o controle cambial, através da venda de licenças de importação, no caso em que o país tivesse uma propensão muito alta a importar artigos postergáveis em detrimento dos essenciais. Outra questão diz respeito à necessidade dos países possuírem reservas monetárias disponíveis para o caso em que as exportações chegassem a um nível tão baixo durante o ciclo descendente que não fossem suficientes para pagar a importação dos produtos essenciais. Nesse ponto, o autor salienta que usar a poupança interna para conseguir reserva adicional não seria o procedimento mais adequado para os países periféricos, que necessitam importar bens de capital. Uma solução para o problema das reservas seria a adoção de um programa internacional de concessão de crédito.

Não é só através do crédito que Prebisch enxerga uma forma de cooperação internacional para o desenvolvimento dos países periféricos. O autor propõe, também, a compra dos excedentes dos produtos primários pelos países centrais, de forma a manter elevado o nível de renda nos países periféricos e, assim, garantir a importação de bens de capital dos países centrais. Esse procedimento, além de garantir o comércio internacional, seria responsável por evitar a queda dos preços primários e, conseqüentemente, contribuiria

para que a relação entre os preços dos produtos finais e dos produtos primários não se voltasse contra os últimos.

Prebisch finaliza a discussão a respeito das políticas anticíclicas chamando a atenção para o caráter incompleto de sua exposição. Enfatiza, no entanto, a importância de se analisar os ciclos econômicos sob o ponto de vista dos países periféricos para que os problemas locais pudessem ser encarados e investigados sistematicamente e políticas desenvolvimentistas pudessem ser adotadas. Nas palavras do próprio autor

Essa política é um complemento indispensável da política de desenvolvimento econômico a longo prazo, pois a indústria, como já foi dito, faz com que se evidencie a vulnerabilidade da periferia às flutuações e contingências do centro. Não basta aumentar a produtividade, com isso absorvendo fatores desempregados e mal empregados. Também é preciso evitar que, uma vez alcançada a ocupação efetiva de seus fatores, eles tornem a ficar desempregados por obra das flutuações cíclicas. (PREBISCH, 2000, p. 135).

4.3 Conclusão

Tentou-se mostrar, neste capítulo, as características principais de Prebisch (1949) que fazem com que o clássico texto seja inserido no arcabouço teórico das teorias do desenvolvimento econômico. Dado o contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos estava na ordem do dia, o texto de Prebisch se destaca pela sua originalidade na criação de uma escola de pensamento econômico latino-americana que se propôs a estudar o desenvolvimento sob a perspectiva local, e não dos países centrais. Se, por um lado, o autor não contesta a validade teórica das vantagens da clássica divisão internacional do trabalho, ele, indubitavelmente, rejeita a teoria econômica tradicional para analisar o processo de desenvolvimento econômico (industrialização) da América Latina. Isso porque sua concepção da economia mundial divide os países em centrais (industrializados e hegemônicos) e periféricos (agrícolas e dependentes), impondo-lhes uma relação desigual que impossibilita a aplicação do modelo e da doutrina da teoria clássica em sua análise. De forma mais específica, Prebisch rejeita a idéia de que os frutos do progresso técnico pudessem ser divididos igualmente entre todos os países participantes do comércio internacional justamente por esse comércio não representar uma relação entre países iguais. A consequência dessa relação desigual seria o processo de

deterioração dos termos de troca entre os países periféricos e centrais, em curso desde as décadas anteriores; e a prova da má repartição dos frutos do progresso técnico seria a condição de vida das massas nos países periféricos.

Assim, o autor, ao rejeitar a idéia de que a população dos países periféricos pudesse ter uma melhor condição de vida enquanto se mantivesse a estrutura agrícola e dependente nos países latino-americanos, propõe como solução para a melhoria nas condições de vida da população desses países a industrialização. Posto isso, Prebisch passa a analisar em seu texto os problemas decorrentes desse processo de industrialização nos países periféricos, identificando alguns obstáculos importantes como a escassez de dólares, a precariedade da formação de capital e a inflação. O autor aponta, também, a baixa produtividade das novas indústrias latino-americanas como o limite dessa industrialização e defende a adoção de políticas anticíclicas para sustentar a continuidade desse processo. Todas essas idéias são contribuições originais do autor – e embasariam o pensamento estruturalista latino-americano – para a investigação sistemática da industrialização da América Latina e de seus problemas correlatos e fazem parte de sua tentativa de se pensar os problemas latino-americanos sob a ótica local e, como ele próprio diz, de se treinar economistas para essa árdua tarefa.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo apresentar e analisar as principais idéias presentes nas teorias do desenvolvimento econômico de forma a interpretar a construção de seu objeto teórico. Tal esforço foi justificado pela polêmica presente na literatura econômica - e esboçada brevemente na introdução deste trabalho - sobre a relevância de tais teorias para o estudo dos países subdesenvolvidos (em desenvolvimento).

A conclusão a que se pode chegar, após o término da exposição dos capítulos anunciados na introdução deste trabalho, é a de que as teorias do desenvolvimento econômico formam um corpo teórico à parte do núcleo da teoria econômica tradicional. Mais do que isso, a construção de seu objeto teórico de investigação se dá através da rejeição do arcabouço da teoria econômica tradicional. Isso se explica pelo fato de que os fundadores das teorias do desenvolvimento econômico têm (ou tiveram) uma concepção de economia mundial na qual a economia dos países subdesenvolvidos aparece como objeto de estudo diferente da economia dos países desenvolvidos. A explicação para essa separação está na presença de características *sui generis* nos países subdesenvolvidos, que os legitimam como objeto de estudo. Segue-se, logicamente, que a teoria econômica tradicional, ao tratar de questões relacionadas à economia dos países desenvolvidos, torna-se inaplicável à análise dos países subdesenvolvidos, como já exposto por Seers (1967). Faz-se necessária, então, uma nova abordagem - a construção de um novo objeto teórico - para a interpretação da realidade dos países subdesenvolvidos e de seu processo de desenvolvimento.¹⁸

Isso posto, torna-se interessante voltar à polêmica esboçada na introdução deste trabalho sobre a relevância das teorias do desenvolvimento econômico na análise das economias subdesenvolvidas, nos dias de hoje. Mais especificamente, torna-se interessante analisar como Krugman (1992) pretende que as idéias presentes nessas teorias - que ele considera intelectualmente válidas até os dias de hoje - possam ter aplicações práticas e façam parte da fronteira do conhecimento nas modernas teorias do comércio internacional e do crescimento. Para cumprir essa tarefa, no entanto, o autor se propõe a explicar, primeiro, as causas do afastamento das teorias do desenvolvimento econômico do núcleo da teoria econômica tradicional e do desaparecimento de suas idéias do debate econômico, nas duas décadas precedentes. A explicação do autor é de caráter metodológico e pode ser resumida nas palavras do próprio:

¹⁸ Para um estudo mais aprofundado do debate sobre a relevância e a aplicabilidade da teoria econômica tradicional na análise dos países subdesenvolvidos, veja também o trabalho de Myint (1967).

“But high development theory was virtually buried, essentially because the founders of development economics failed to make their points with sufficient analytical clarity to communicate their essence to other economists, and perhaps to themselves. Recent changes in economics now make it possible to reconsider what the development theorists said and to regain the valuable ideas that have been lost” (KRUGMAN, 1992, p. 16).

A falha metodológica das teorias do desenvolvimento econômico teria sido, então, justamente, a incapacidade instrumental de transformar em um modelo formal as idéias apresentadas textualmente; e isso graças a: *“the difficulty of reconciling economies of scale with a competitive market structure”* (KRUGMAN, 1992, p. 27).

A idéia deste trabalho nunca foi discutir especificamente as causas do desaparecimento das teorias do desenvolvimento econômico a partir dos anos 1970, entretanto essa investigação pode nos levar por caminhos interessantes no estudo dessas teorias. A questão proposta por Krugman (1992) – sobre as causas do desaparecimento das teorias do desenvolvimento econômico – já tinha sido abordada por Albert Hirschman no seu artigo *“The Rise and Decline of Development Economics”* uma década antes e, embora o motivo dado por Hirschman (1982) para esse desaparecimento seja outro, a sua interpretação das teorias do desenvolvimento econômico é fundamental para este trabalho.

De acordo com Hirschman (1982), as teorias do desenvolvimento econômico contêm dois ingredientes básicos. Um deles é a idéia de que o estabelecimento de relações econômicas entre os países pode levá-los a uma situação melhor. O outro ingrediente – que é o principal para este trabalho - é a rejeição do sentido de universalidade da teoria econômica tradicional para explicar os fenômenos econômicos dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (rejeição da *monoeconomics*). O próprio autor explica o que significa essa rejeição:

“By rejection of the monoeconomics claim I mean the view that underdeveloped countries as a group are set apart, through a number of specific economic characteristics common to them, from the advanced industrial countries and that traditional economic analysis, which has concentrated on the industrial countries, must therefore be recast in significant respects when dealing with underdeveloped countries” (HIRSCHMAN, 1982, p. 373).

A inaplicabilidade da teoria econômica tradicional se daria porque as economias subdesenvolvidas teriam características específicas que as diferenciariam das economias desenvolvidas. Dentre essas características, duas são destacadas como as principais por Hirschman (1982): subemprego rural e industrialização tardia. Essa situação *sui generis* dos países subdesenvolvidos implicaria a adoção de novas hipóteses e a formulação de novos conceitos econômicos a fim de tratar da realidade desses países e tornaria a teoria econômica tradicional inadequada para sua análise.

Essa visão das teorias do desenvolvimento econômico nos leva de volta à questão proposta por Krugman (1992). Teria sido, realmente, um problema de formalização que fez com que as teorias do desenvolvimento econômico fossem marginalizadas do núcleo da teoria econômica tradicional? Levando-se em conta a caracterização dessas teorias, feita por Hirschman (1982) e apresentada na tese deste trabalho, a resposta seria negativa. A incompatibilidade entre as teorias do desenvolvimento econômico e a teoria econômica tradicional seria fruto de seus diferentes propósitos, provenientes de suas diferentes concepções da economia mundial. Enquanto na teoria econômica tradicional todos os países são considerados iguais para efeito de análise teórica, nas primeiras os países subdesenvolvidos são considerados um grupo à parte dos países desenvolvidos e por isso requerem uma explicação teórica à parte, também. Este trabalho espera ter mostrado, através da análise minuciosa da obra de alguns dos principais teóricos do desenvolvimento, exatamente o esforço desse processo de construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico e as conseqüências que ele acarreta.

REFERÊNCIAS

- AHUMADA, J. *Preparación y evaluación de proyectos de desarrollo econômico. El trimestre económico*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, vol. 22, p. 265-96, Jul-Set. 1955.
- ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia da PUC/RJ, nº 54, 1983.
- ARNDT, H. W. *Economic development: the history of an idea*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- BIANCHI, A. M. Prebisch, a CEPAL e seu discurso. In: REGO, J. M. (Org.). **Retórica na economia**. São Paulo: Ed Trinta e Quatro, 1996.
- BIANCHI, A. M. Albert Hirschman na América Latina: anotações sobre a trilogia de Hirschman. **Programa de Seminários Acadêmicos**. São Paulo: IPE-USP, nº 12, 2004.
- CHENERY, H. B. *The application of investment criteria*. **Quarterly Journal of Economics**. Cambridge: The MIT Press, vol. 57, p. 76-96, Feb. 1953.
- CHENERY, H. B.; WATANABE, T. *International comparisons of the structure of production*. In: ENCONTRO DA ECONOMETRIC SOCIETY. Dez. 1956, Cleveland, EUA.
- DOMAR, E. D. *Essays on the theory of economic growth*. New York: [s.n.], 1957.
- DUPUIT, J. *De la mesure de l'utilité des travaux publics*. **Annales des ponts et chaussées**. [S.l.: s.n.], vol. 8, 1884. Reproduzido em **International Economic Papers**. [S.l.: s.n.], nº 2, 1952.
- GRAAF, J. de V. *Optimum Tariff Structures*. **Review of Economic Studies**. London, vol. 18, 1949-50.
- HARROD, R. F. *Towards a dynamic economics*, London: [s.n.], 1948.

HARROD, R. F. An essay in dynamic theory. **Economic Journal**. [S.l.]: Blackwell Publishing, vol. 49, p. 14-33, March, 1949.

HICKS, J. R. *Le économie du bien-être et la théorie dès surplus du consommateur*. **Économie Appliquée**. [S.l.: s.n.], n°4, 1948a.

HICKS, J. R. *Quelques applications de la théorie dès surplus du consommateur*. **Économie Appliquée**. [S.l.: s.n.], n°4, 1948b.

HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. *The rise and decline of development economics*. In: GERSOVITZ, M. et al. (Org.), *The theory and experience of economic development*. London: George Allen and Unwin, 1982.

HIRSCHMAN, A. O. *A dissenter's confession: 'the strategy of economic development' revisited*. In: MEIER, G. M. e SEERS, D. (Org.). *Pioneers in development*. Washington D.C.: Oxford University Press, 1984.

KAHN, A. E. *Investment criteria in development*. **Quarterly Journal of Economics**. Cambridge: The MIT Press, vol. 65, p. 38-61, Feb. 1951.

KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.

KRUGMAN, P. *Toward a counter-counterrevolution in development theory*. In: **Proceedings of the World Bank: annual conference on development economics 1992**. Washington D.C.: The World Bank, 1993.

LEIBENSTEIN, H. *Economic backwardness and economic growth*. [New York: s.n., 1957].

LERNER, A. P. *Economics of control*. New York: MacMillian Co., 1944.

LEWIS, W. A. *Theory of economic growth*. [S.l.: s.n., 1955].

LEWIS, W. A. (1954/1969) O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

LOVE, J. L. *Las fuentes del estructuralismo latinoamericano*. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires: Instituto de Desarrollo Económico y Social, vol. 36, nº 141, abril-junio 1996. Sepatara.

MAS-COLLEL, A. *et al. Microeconomic theory*. New York: Oxford University Press, 1995.

MEADE, J. *External economies and diseconomies in a competitive situation*. **The Economic Journal**. [S.l.]: Blackwell Publishing, vol. 62, p. 54-67, 1952.

MYINT, H. *Economic theory and the underdevelopment countries*. In: MARTIN, K. e KNAPP, J. (Org.). *The teaching of development economics: its position in the present stage of knowledge*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

NAÇÕES UNIDAS – CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL. *Postwar price relations in trade between underdeveloped and industrialized countries* (E/CN.1/Sub.3/3.5). [Nova York: s.n.], Fev. 1949.

NURSKE, R. *Problems of capital formation in underdevelopment countries*. Oxford: [s.n.], 1953.

PREBISCH, R., *Five stages in my thinking on development*. In: MEIER, G. M. e SEERS, D. (org.). *Pioneers in development*. Washington D.C.: Oxford University Press, 1984.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.), **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. *The role of time in economic theory*. **Economica**. [S.l.]: Blackwell Publishing, New Series, vol. 1, No. 1, Feb. 1934.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943/1969) Problemas de industrialização da Europa oriental e sub-oriental. *In*: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N., *Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process*. *In*: MEIER, G. M. e SEERS, D. (Org.). **Pioneers in development**. Washington D.C.: Oxford University Press, 1984.

SAMUELSON, P. A. *International trade and equalisation of factor prices*. **Economic Journal**. [S.l.]: Blackwell Publishing, vol. 58, p. 161-84, June, 1948.

SAMUELSON, P. A. *International factor-price equalisation once again*. **Economic Journal**. [S.l.]: Blackwell Publishing, vol. 59, p. 181-96, June, 1949.

SEERS, D. *The limitations of the special case*. *In*: MARTIN, K. e KNAPP, J. (Org.). **The teaching of development economics: its position in the present stage of knowledge**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

SCITOVSKY, T. (1954/1969) Dois conceitos de economias externas. *In*: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.

SINGER, H. W. *The distribution of gains between investing and borrowing countries*. **The American Economic Review (Proceedings)**. [S.l.: s.n.], vol. 40, 1950.

VARIAN, H. R. **Microeconomic analysis**. 3rd ed. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1984.

VINER, J. *Cost curves and supply curves*. **Zeitschrift für Nationalökonomie**. [S.l.: s.n.], vol. 3, p. 23-46, 1931.

WILLIAMSON, J. *What Washington means by policy reform*. In: WILLIAMSON, J. (Org.). *Latin American adjustment: how much has happened?*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

WILLIAMSON, J. *A Short History of the Washington Consensus*. In: FROM THE WASHINGTON CONSENSUS TOWARDS A NEW GLOBAL GOVERNANCE, September 24-25, 2004, Barcelona. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0904-2.pdf>.>. Acesso em: 26/08/2005.